



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E GESTÃO
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA POLÍTICA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE
JOÃO PESSOA**

OSCAR DINIZ

João Pessoa/PB

2014

CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA POLÍTICA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

OSCAR DINIZ

Orientador: Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de TCC, junto ao Curso de Tecnologia em Gestão Pública, como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública

João Pessoa/PB

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D585c Diniz, Oscar Costa

Construção da economia solidária e sua política pública no município de João Pessoa./ Oscar Costa Diniz. – João Pessoa: UFPB, 2014. 80f.:il.

Orientador: Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro.
Monografia (Graduação em Gestão Pública) – UFPB/CCSA.

1. Economia Solidária. 2. Políticas Públicas de Economia Solidária.
3. Política municipal – João Pessoa. I. Carneiro, Vanderson Gonçalves.
II. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 35.073.1(813.3) (043.2)

OSCAR DINIZ

**CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA POLÍTICA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE
JOÃO PESSOA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Tecnólogo em
Gestão Pública no Curso de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal da
Paraíba, pela seguinte banca examinadora:

Trabalho de Conclusão de Curso julgado e aprovado em ____/____/____

Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro
Orientador

Prof. Dr. Maurício Sardá de Faria
Examinador

Prof. Dr. Roberto Mendoza
Examinador

JoãoPessoa/PB
2014

DEDICATÓRIA

As mulheres guerreiras a qual tive o prestígio e sorte de conhecer na trajetória deste trabalho. Que tesem à luta, que reciclam os sonhos.

E especialmente, em memória ao mestre José Brendan MacDonald, que nos deixou este ano. Nos deixou em presença, mas sua luta em busca de um mundo mais justo e solidário continuará em nossas veias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço este trabalho principalmente ao meu professor e orientador Dr. Vanderson Carneiro. Que me ajudou em todas as etapas e que tem minha admiração por sua dedicação e hombridade no que faz.

Agradeço profundamente a minha querida mãe, que além de ter me dado a luz, é a luz de todo o meu viver.

Agradeço ao meu esforço do passado em transcender as barreiras que me prendiam a estar nas condições em que me encontro hoje.

Agradeço a todos que estão nessa jornada solidária. Que conseguem enxergar além daquilo que os olhos nos acostuma a ver, que enxergam nesse mundo, um caminho para vivermos mais próximos.

RESUMO

Buscamos neste trabalho, abordar uma compreensão da Economia Solidária (ES) e sua política a partir do seu estudo conceitual e das ações que iremos tratar que fazem parte da sua realidade. Apresentando as Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES) que estão no seu rol de esforços para a consolidação de um modo alternativo de gerar renda e trabalho, de modo autogerido e democrático, baseado em princípios que em síntese, visam a dignificação da pessoa humana enquanto trabalhador e cidadão. A partir deste, enquanto foco principal, a pesquisa buscou analisar a partir de um estudo de caso, a estrutura que está sendo arquitetada na promoção/construção da Economia Solidária e sua política municipal em João Pessoa, Paraíba. Para isso, foi dado destaque aos principais atores e instituições envolvidos (tanto do poder público, quanto da sociedade); as principais ações/projetos que contribuam com o fortalecimento e desenvolvimento da ES e das políticas públicas de ES no município. E claro, o posicionamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) sobre a questão.

Palavras-chave: Economia Solidária. Políticas Públicas de Economia Solidária. João Pessoa.

ABSTRACT

This work aims at, Address an understanding of the Solidarity Economy (SE) and its policy from its conceptual study and the actions that we will treat that part of your reality. Introducing the Partnership for Public Policy Economics (PPES) that are on your list of efforts to consolidate an alternative way to generate income and work, self-managed and democratic, based on principles that in synthesis, are used to dignify the human person as worker and citizen. From this, as the main focus, the research seeks to analyze from a case study, the framework that is being devised in the promotion / construction of Solidary Economy and its municipal politics in João Pessoa, Paraíba. To this end, emphasis will be given to the main actors and institutions involved (both the government, and the society); The main actions/projects that contribute to the strengthening and development of ES and ES government policies in the municipality. Of course, the placement of the Solidarity Economic Enterprises (SEEs) on the issue.

Keywords: Solidarity Economy. Public Policy Solidarity Economy. João Pessoa.

LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E FIGURAS

Gráfico 1: Motivo para criação dos EES por região.....	18
Gráfico 2: Motivos de criação do EES na Paraíba	19
Gráfico 3: Distribuição das EAFs por região.....	21
Gráfico 4: Tipos de atuação das EAFs	21
Gráfico 5: Tipos de apoio aos EES na Paraíba.....	22
Gráfico 6: Caracterização dos EES no Município de João Pessoa.....	50
Tabela 1: Número de EES que recebem apoio das EAFs	22
Quadro 1: Quantidade de EES mapeados pelo SIES em João Pessoa.....	48
Quadro 2: Número de EES cadastrados na DESSAN.....	49
Quadro 3: Quadro demonstrativo da transversalidade da ES no Governo Federal.....	27
Quadro 4: Síntese dos investimentos da SENAES 2003/2010	29
Figura 1: Estrutura do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.....	22
Figura 2: Linha do tempo da atuação da SENAES.....	28

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária
CONAES - Conferencia Nacional de Economia Solidária
CMEPS - Conselho Municipal de Economia Popular e Solidária
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DESSAN - Diretoria de Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional
ES - Economia Solidária
EES - Empreendimentos Econômicos Solidários
EAF - Entidade de Apoio e Fomento
FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEES - Fórum Estadual de Economia Solidária
ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
ONG - Organização Não Governamental
PPES - Políticas Públicas de Economia Solidária
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEPPM - Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres
SIES - Sistema de Informação da Economia Solidária
SRTE – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego
UFPB - Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

1 - Introdução.....	10
1.1 - Objetivos.....	12
1.2 - Metodologia	13

CAPÍTULO II

2 - Economia Solidária enquanto conceito	14
2.1 - Das categorias de fomento a Economia Solidária	16
2.1.2 - 1º Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)	16
2.1.3 - 2º Entidades de Apoio e Fomento (EAFs)	19
2.1.4 - 3º Auto organização política (Fórum Brasileiro de Economia Solidária FBES)	22
2.1.5 - 4º Institucionalidade Pública (SENAES e Rede de Gestores, CNES)	24

CAPÍTULO III

3 - Pensando o conceito de Políticas Públicas	36
3.1 - Caráter Emancipatório da Política Pública de Economia Solidária (PPES).....	38
3.2 - Políticas Públicas de Economia Solidária	39
3.2 - Avanços e dificuldades das PPES.....	40

CAPÍTULO IV

4 - As categorias de Economia Solidária no Município de João Pessoa:	
4.1 - Empreendimentos Econômicos Solidários - <i>Diálogo, Dificuldades, Contradições</i>	43
4.1.2 - Caracterização dos EES no município de João Pessoa	47
4.2 - Entidades de Apoio e Fomento	51
4.3 - Auto organização política: FEES/PB - zona da mata.....	62
4.4 - Institucionalidade Pública: DESSAN, SEPPM, CMEPS	65
Considerações Finais	76
Referências.....	77
Apêndice.....	79

CAPÍTULO I

1 - INTRODUÇÃO

Com base em FRANÇA FILHO (2007), podemos dizer que a temática Economia Solidária (ES) vem ganhando cada vez mais espaço e visibilidade no campo teórico e prático. De apoio à essa expansão, temos diferentes atores e experiências no âmbito social e político. Temos como exemplo, trabalhos científicos sendo praticados nas universidades, seja em pesquisa, seja em extensão, iniciativas nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as diversas experiências de políticas públicas pelo país, os debates disseminados em congressos, fóruns, e outros voltados ao fomento e ampliação do debate sobre ES, e ainda, à institucionalização de espaços que viabilizam o contato Estado/sociedade e o seu marco regulatório assinalando o seu reconhecimento e legitimação.

Quanto ao conceito de ES, consideramos que ainda não é consensual, e sua interpretação tem diferentes entendimentos no que tange à sua concepção e finalidades. Mais à frente, iremos tratar essa questão. Para uma mínima compreensão, com base em SINGER (2002), GAIGER (2009) e SCHIOCHET (2009), podemos vê-la como uma busca pela construção de novos meios e práticas, voltadas ao econômico e político, focada no indivíduo e no coletivo, (quanto a valorização da pessoa humana) fugindo da ideia de individualismo e egoísmo, volvida a princípios como autogestão, cooperação, solidariedade, democracia, autonomia e igualdade.

Em relação as Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES), podemos identificar que existe um grande esforço em nível nacional na busca por meios que viabilizem o seu fomento e consolidação nos níveis municipais, estaduais e federal. Um grande marco nesse processo foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que em conjunto com a Rede de Gestores de Economia Solidária, Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e Conselho Nacional de ES (CNES), todos esses surgindo em 2003, marcam a implementação dessa política em nível nacional, sendo elementos norteadores que se

articulam na luta para criações e fomento das políticas públicas e ações que favoreçam o desenvolvimento da ES em seu âmbito geral.

Consideramos que existe um número expressivo de PPES municipais em todo país, e nestas, existem diferenciações em relação as ações, equipamentos e mesmo no sentido dessas políticas. Apesar da institucionalização da SENAES a nível federal, não temos uma Política Pública (PP) homogênea no país, configurando um campo bem heterogêneo e que é interpretado muitas vezes com sentidos bem diferentes no que diz respeito a sua finalidade.

Como já vimos anteriormente, a Economia Solidária vem sendo expandida e cada vez mais sendo tratada com importância no cenário nacional, sendo alvo de grandes esforços para o seu reconhecimento. Vários Estados e municípios estão formando e implantando políticas que se baseiam neste princípio solidário. De acordo com o Relatório (2011) Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba (FEES/PB) “a economia solidária reúne aproximadamente 50 mil trabalhadores e trabalhadoras paraibanas, e possui redes e cadeias produtivas organizadas, sendo as principais: catadores de materiais recicláveis, fundos rotativos, agroecologia, apicultura, artesanato e agricultura familiar.” O município de João Pessoa se destaca, pois já tem uma legislação para as PPES desde 2010 e que já surtiu efeitos. No entanto, sem avançar tanto em sua institucionalização, a exemplos de outros municípios brasileiros, tendo este, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre ES (SIES) de 2007, cerca de 50 empreendimentos solidários e a partir da nossa pesquisa, alcançamos mais de 100 EES.

Em João Pessoa, a pesquisa buscou encontrar essa realidade que é a ES, os esforços e as políticas públicas criadas para sua promoção e desenvolvimento. A pesquisa visou uma reflexão em torno das ações que entendemos como parte de um processo de construção das políticas públicas de economia solidária, que refletem os esforços a sua busca de legitimação enquanto política pública. Além deste foco, buscamos avaliar se as ações no município dentre os principais atores estão em consonância e fluidez quanto as categorias que iremos destacar neste trabalho. As diferentes categorias que vemos como o pilar que fomenta a Economia Solidária.

Sabendo da existência de alguns entes e ações de ES tanto do poder público quanto da sociedade civil que incidem no município de João Pessoa como, por exemplo: o Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES/PB), Diretoria de Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional (DESSAN), Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPM), Conselho Municipal de Economia Popular e Solidária (CMEPS), INCUBES vinculada a UFPB, Cáritas (esta, diferente das outras, é uma ação de fomento a ES da organização da sociedade civil) dentre outros. Nos empenhamos neste trabalho em estar a luz dessas ações e entes da ES, e se está sendo efetuam-te, ou, de que forma está atuando esses aparatos da ES no município. Partindo desse ponto, surgiram as perguntas: O que se tem de apoio (ações e estruturas) a Economia Solidária no município de João Pessoa? O que foi previsto na formação da política e o que está sendo executado atualmente? Quais os desafios para a formulação e implementação da política pública de economia solidária no município de João Pessoa?

1.1 - OBJETIVOS

Objetivos Gerais

- Procuramos identificar ações que se voltem ao fomento da Economia Solidária e sua Política Pública no município de João Pessoa, buscando esclarecer seu andamento e os desafios que envolvem esta temática no município. Ainda, identificamos o funcionamento e articulação das ações que vemos como parte das categorias de fomento a Economia Solidária no município. No intuito de constatar como estas se interagem buscando essa construção. Visto que, sobre as categorias, podemos concluí-las como pilares para o avanço das Políticas Públicas de Economia Solidária.

Objetivos Específicos

- Realizar um levantamento bibliográfico e documental que identifique as principais características da ES e de seu processo de construção e institucionalização como Política Pública no município.
- Identificar as principais ações, e estruturas criadas na promoção da ES e sua política no município de João Pessoa.
- Fazer uma relação entre as dificuldades encontradas na ES em João Pessoa com uma discussão mais geral do tema em nível nacional (Fóruns nacionais; Secretaria Nacional, Rede de Gestores, etc).

1.2 - METODOLOGIA DE PESQUISA

Com o intuito de alcançar os objetivos deste trabalho, o tipo de pesquisa foi feito através de um método exploratório e documental, afim de realizarmos um levantamento bibliográfico e documental das principais ações e estruturas voltadas para a ES e sua política no município de João Pessoa. Também foi usado como instrumento de pesquisa, entrevistas semiestruturadas e abertas aos atores abordados do campo da ES, visando esclarecer as ações, dificuldades e avanços da ES e sua política e discuti-las. Ainda, consulta a publicações e documentos que compõem a gama de informações ao tema que é tratado na pesquisa, no intuito de fazer as relações entre as dificuldades encontradas no município, com uma discussão em nível nacional. Por fim, pode ser caracterizada como descritiva, pois iremos a partir das consultas, delinear as características dos objetos estudados.

CAPÍTULO II

A seguir, será apresentado um diálogo que faz menção aos conceitos, visões e definições teóricas em torno da Economia Solidária e Política Pública.

2 - ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO CONCEITO

Quando consultamos um dicionário, vemos que o termo “solidário” traz um sentido de relação de auxílio mútuo, de compreensão, de ajuda, de ligação entre pessoas onde o todo faz parte da ação de todos voltada para todos. Ou seja, de união. Neste sentido, e associando ao termo “Economia”¹ já podemos pensar à Economia Solidária como um modo de compelir a força de sustentabilidade da pessoa humana entre elas e para elas, em benefício de todos.

Quanto ao conceito de Economia Solidária (ES), podemos dizer que ainda não é consensual, e sua interpretação tem diferentes entendimentos no que tange a sua concepção e finalidades. De acordo com LECHAT (2001) o conceito economia de solidariedade aparece pela primeira vez no Brasil em 1993 no livro *Economia de solidariedade e organização popular*, organizado por Gadotti, onde o autor chileno Luis Razeto² o concebe como:

“Uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas.” (Razeto, 1993: 40).

Autores brasileiros como Luís Inácio Gaiger e Paul Singer, já percorreram na construção conceitual da chamada Economia Solidária. Singer (2002) tenta esclarecer que:

“Economia Solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano - e não do capital - de base associativista e cooperativista,

¹ É o conjunto de atividades desenvolvidas pelos homens visando a produção, distribuição e o consumo de bens e serviços necessários à sobrevivência e à qualidade de vida.

Fonte: <http://www.fea.usp.br/conteudo.php?i=202> <acesso em 08/12/2013>

² Razeto possui extensa obra dedicada ao estudo da economia popular e economia solidária, como *Economia de solidariedad y mercado democrático* (2 vol.), Santiago, PET, 1984-1985 e *Las organizaciones económicas populares – 1973-1990*, Santiago, PET, 1990.

voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida.” (Singer, 2002)

Nesse ponto de vista, Gaiger (2009) ressalta que o termo pode ser compreendido “essencialmente ao conjunto de iniciativas que, a partir da associação livre e democrática dos trabalhadores, visam ganho econômico e benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã” (Gaiger, 2009, p.181). Gaiger ainda diz que:

“O termo economia solidária ganhou expressão no Brasil ao longo dos anos de 1990, à medida que iniciativas econômicas despontaram no país, notabilizando-se e sendo reconhecidas por sua natureza associativa e suas práticas de cooperação e autogestão. Expandindo-se, a economia solidária veio a abranger categorias sociais e modalidades diversas de organização, tais como unidades informais de geração de renda, associações de produtores e consumidores, sistemas locais de troca, comunidades produtivas autóctones e cooperativas dedicadas à produção de bens, à prestação de serviços, à comercialização e ao crédito.” (Gaiger, 2011)

Com base nesses autores, podemos ter, ainda que limitada, uma mínima compreensão da economia solidária que seria ao nosso ponto de vista: Busca pela construção de novos meios e práticas, voltadas ao econômico e político, sendo uma forma alternativa de trabalho e renda por meio de produção, consumo, crédito e comercialização de bens e serviços de modo autogerido, que se dá através da associação livre e democrática dos trabalhadores, que, em sua organização, se baseiam em princípios como igualdade, cooperação, autogestão, democracia, solidariedade, dentre outros. Visam além de ganhos econômicos, autonomia e uma melhor qualidade de vida de forma sustentável. Ainda como reforço, Schiochet diz que:

“O princípio da economia solidária é a apropriação coletiva dos meios de produção, a gestão democrática das decisões por seus membros, e a deliberação coletiva sobre os rumos da produção, sobre a utilização dos excedentes (sobras) e, também, sobre a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização econômica.” (SCHIOCHET, 2009, p.268)

2.1 DAS CATEGORIAS DE FOMENTO A ECONOMIA SOLIDÁRIA

França Filho (2007) considera quatro categorias de atores ou instâncias organizativas que compõem o campo da economia solidária no Brasil:

“A primeira é constituída pelo que poderíamos definir como organizações de primeiro nível: os empreendimentos econômicos solidários (EES). Uma segunda categoria de atores, as organizações de segundo nível, reúne as entidades de apoio e fomento (EAF). A terceira categoria apresenta diferenças marcantes em relação às duas primeiras, por constituir-se quase que exclusivamente de formas de auto-organização política, ilustrada pelas redes e fóruns de economia solidária. Por fim, um quarto ator pode ser representado por uma espécie de nova institucionalidade pública de Estado. Dela são exemplos a rede de gestores de políticas públicas de economia solidária, a Secretaria Nacional para a Economia Solidária (Senaes), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, e, ainda, uma série de outras instâncias políticas do Estado (secretarias, diretorias ou departamentos), que estão tentando construir políticas públicas de economia solidária em governos municipais ou estaduais.” (FRANÇA FILHO, 2007,p.163)

Buscaremos descrever a seguir essas categorias da ES como aponta o texto supracitado, detalhando cada uma e apontando seus propósitos.

2.1.2 – 1º CATEGORIA – Empreendimentos Econômicos Solidários

A economia solidária tem como um de seus principais componentes, e meio prático de atuação e materialização de suas atividades econômicas, os Empreendimentos Econômicos Solidários ³(EES). GAIGER (2009) diz que:

“Os EES compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade. Sua presença tem se verificado em setores da produção, prestação de serviços, comercialização e crédito. Esses empreendimentos adotam, em proporção variável, arranjos coletivos na posse dos meio de produção, no processo de trabalho e na gestão do empreendimento, minimizando a presença de relação assalariadas.” (GAIGER, 2009, p.181)

³ O Atlas da Economia Solidária no Brasil mapeou, até 2007, a existência de aproximadamente 22.000 empreendimentos econômicos solidários no País, os quais inseriam 1.687.496 pessoas. Fonte: http://www2.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas.asp <acessado em 3/11/2013>

A Secretaria Nacional de Economia Solidária junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE) reforça esse conceito e ainda o caracteriza da seguinte forma:

“Os Empreendimentos Econômicos Solidários são aquelas organizações: Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados. Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica. Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização. Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.” (Portal, MTE.)

SINGER (2000) afirma que:

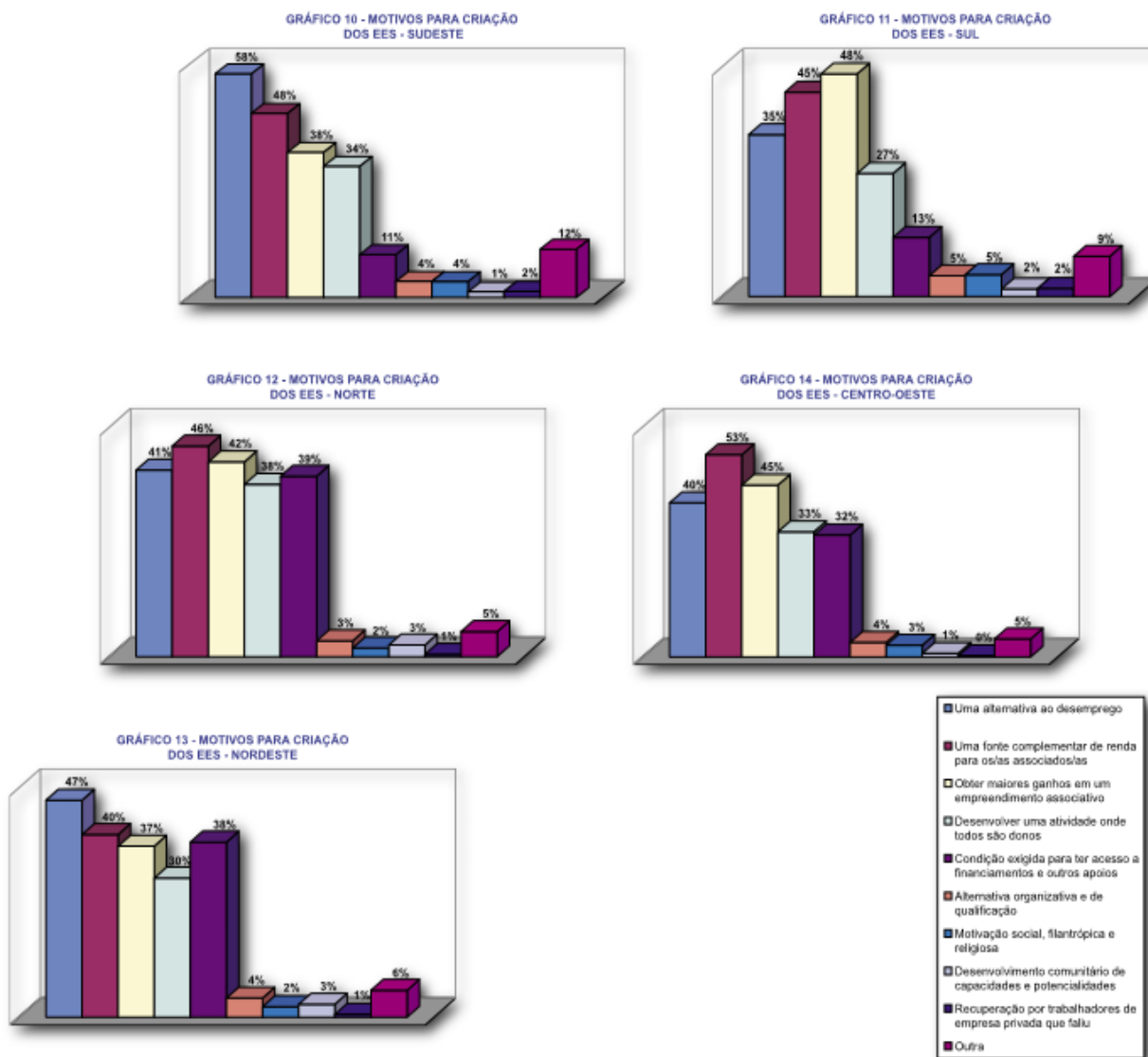
“No empreendimento solidário, a organização da gestão deve ser feita de maneira participativa e descentralizada, a fim de que as informações relevantes sejam disponibilizadas, bem como a contabilidade e sistemas de controle, para que todos possam participar das decisões”. (Singer, 2000, pag 28).

Após identificar as características e os fundamentos de um EES, vamos conferir a seguir o motivo para criação dos EES nas regiões do país e logo após, o motivo para criação na Paraíba.

De um modo geral, os três principais motivos para a criação dos EES são: alternativa ao desemprego (45%), complemento da renda dos sócios (44%) e obtenção de maiores ganhos (41%). Dois outros motivos têm destaque: possibilidade da gestão coletiva da atividade (31%) e condição para acesso a crédito (29%). Essa situação modifica-se de acordo com as várias regiões. O motivo “alternativa ao desemprego” é o mais citado nas regiões Sudeste (58%) e na região Nordeste (47%). Por sua vez, na região Sul o motivo mais citado é a possibilidade de “obter maiores ganhos” (48%) e “fonte complementar de renda” (45%). Nas regiões Norte e Centro-Oeste, o principal motivo citado é o “complemento de renda” (46% e 53% respectivamente).

O gráfico que aponta o motivo de criação por regiões, mostra uma considerável diferença na intenção de se criar o EES entre as diferentes regiões. Principalmente se tratando da opção “condição exigida para ter acesso a financiamento e outros apoios” se relacionarmos o norte e nordeste em face do sul e sudeste.

Gráfico 1: Motivo para criação dos EES por Região



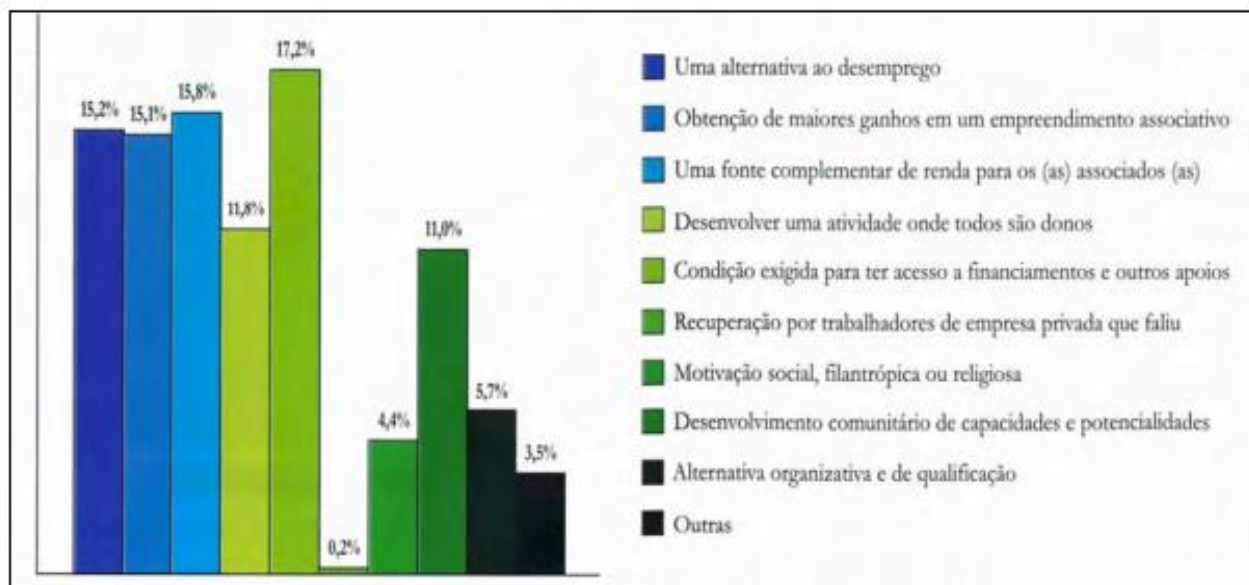
Fonte: Atlas da Economia Solidária (2005). MTE

Podemos constatar que nas regiões norte e nordeste o fator de “Condição exigida para ter financiamento e outros apoios” (coluna roxa) está em bem maior evidência que em

regiões como o sul e sudeste. A partir deste, e do gráfico a seguir, podemos fazer algumas considerações.

Já em um segundo gráfico, podemos ver o motivo de criação dos EES na Paraíba.

Gráfico 2: Motivo para criação do EES na Paraíba



Fonte: Caderno: A Economia Solidária na Paraíba. 2008, pag. 12 in: (SILVA 2010, pag. 89)⁴

Com base nesses dados de 2008 que estão no caderno: *A Economia Solidária na Paraíba*, podemos ver que o principal motivo está no incentivo de fora, ou seja, na condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios. Esse é um cenário que podemos ver nas regiões com maior intensidade de precariedade em termos econômicos e de desenvolvimento. (Fica uma deixa para futuras pesquisas). E ainda, pode ser visto como um perigo para a autossuficiência destes empreendimentos no que tange o EES. Visto que, o maior foco em sua criação, não está sendo outros componentes que firmam e caracterizam a identidade de um EES

2.1.3 - 2º CATEGORIA: Entidades de Apoio e Fomento (EAF)

⁴ Disponível em: http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1080 <acesso em 16/07/2014>

As EAFs⁵ constituem-se em uma parte importante no diálogo e propagação das diretrizes que são dadas a ES, em que, segundo França Filho (2007):

“A EAF, como o próprio nome sugere, são estruturas organizativas dedicadas à assessoria dos empreendimentos econômicos solidários. Tais entidades podem ser organizações não governamentais com tradição no trabalho de organização popular ou de assessoria aos movimentos sociais. Podem, também, ser ONGs sem tal tradição, mas que detém expertise no trabalho e na organização de base social, ou num segmento específico das práticas de economia solidária. Podem ser, ainda, estruturas organizativas criadas no seio de universidades, ligadas a centros de pesquisa ou programas de extensão, ou, finalmente, podem ser estruturas de coordenação de redes.” (França Filho, 2007, p.163)

França filho (2007)⁶, ainda aborda a importância desses atores como conectores entre o que é pensado como diretriz para uma forma de atuação dos EES nos viés teórico da ES, estabelecendo o contato direto com os atores que atuam nos EES, capacitando-os através de uma espécie de mediação entre a teoria e a prática. França Filho (2007):

“Em geral, as entidades de apoio e fomento contam com uma base profissional altamente qualificada. Elas representam, de certo modo, a porção da sociedade civil mais organizada e institucionalizada atuando no campo da economia solidária. Seu papel é fortemente marcado pelo caráter de mediação social entre o mundo dos empreendimentos solidários (EES), com suas lógicas próprias, e as injunções relativas ao universo institucional no qual se inscrevem esses empreendimentos. O fomento e o apoio fornecidos pelas EAF costumam colocá-las como corresponsáveis, ao menos temporariamente, do processo de gestão dos empreendimentos, com vistas à consolidação do seu processo de sustentabilidade.”

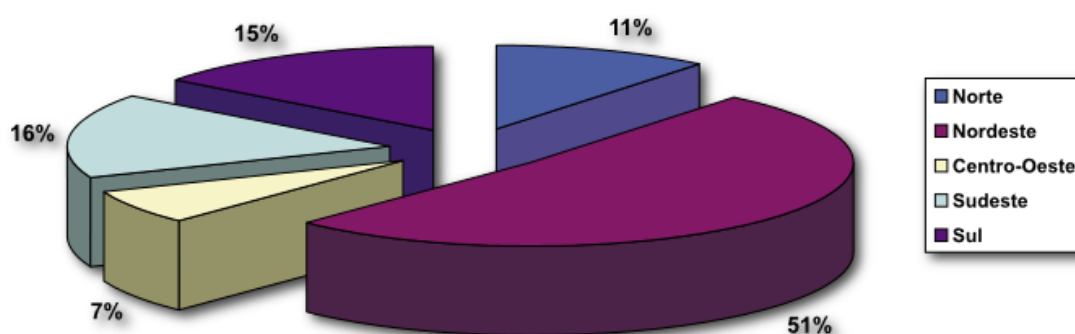
Quanto às formas de atuação, ZANFRA (2007) aponta que “as EAF desempenham seu papel de fomentadoras através de seis formas principais: Incubação, assistência técnica e gerencial, financiamento, articulação/mobilização, e formação, com destaque para esta última que representa a forma de atuação de 39,46 % dos EAF” (ZANFRA, 2007, p. 83).

⁵ Algumas importantes EAFs no Brasil: - Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG) União e Solidariedade das Cooperativas de São Paulo (UNISOL) atual central de cooperativas e EES, Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) criada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) criada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Fundação UNITRABALHO, reunida em universidades de várias regiões do Brasil, Comissão Pastoral da Terra (CPT) etc. (autor)

⁶ G.C. França Filho – Teoria e prática em economia solidária: problemática... Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 7, n. 1, jan.-jun. 2007

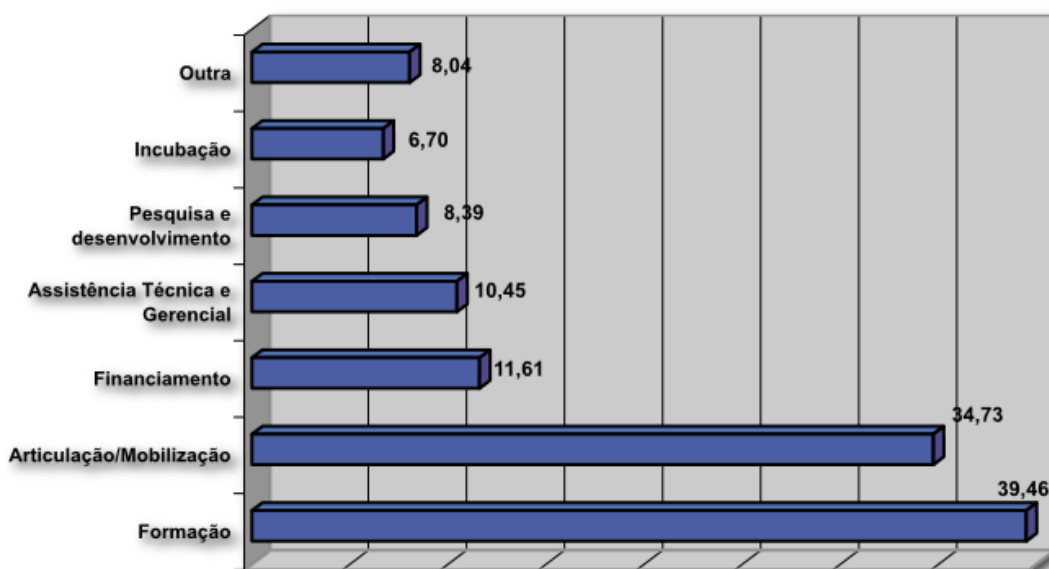
No Atlas da Economia Solidária podemos ver alguns gráficos que representam a distribuição das EAFs por região e os seus tipos de atividades. Neste, podemos identificar que maioria das EAFs se encontram no Nordeste e que entre suas atividades, as duas maiores são a formação e a articulação/mobilização. Segue Gráficos:

Gráfico 3: Distribuição das EAFs por região



Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. MTE

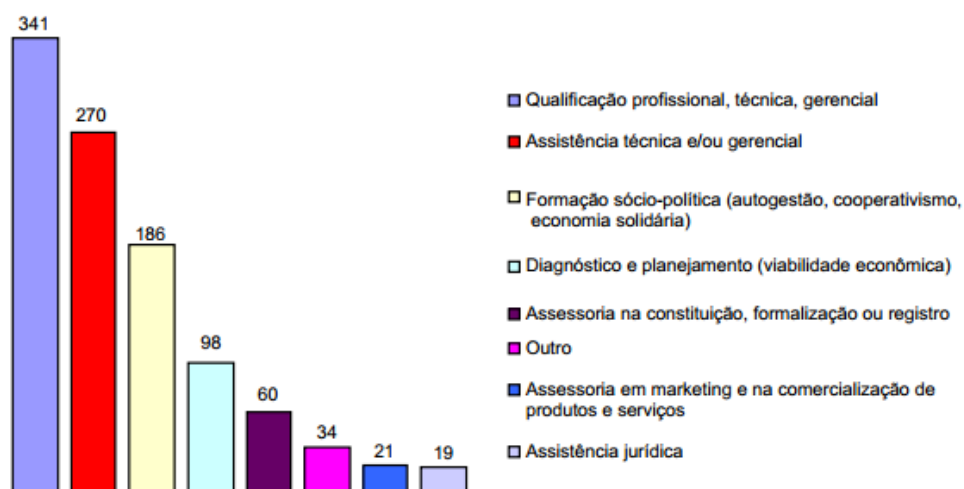
Gráfico 4: Tipos de atuação das EAFs



Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. MTE

Na Paraíba, segundo o caderno intitulado: *A Economia Solidária na Paraíba* com base de dados de 2008, temos os tipos de apoio recebidos pelos EES no Estado. Segue o gráfico:

Gráfico 5: Tipos de apoio aos EES na Paraíba



Fonte: Caderno: *A Economia Solidária na Paraíba (2008)* in: (SILVA,2010, pag. 85).

Em relação aos que recebem ou não apoio na Paraíba no ano de 2008, segue tabela que aponta esses números:

Tabela 1: Número EES que recebem apoio das EAfs

RESPOSTAS	TOTAL	PERCENTUAL
Sim (recebem apoio)	517	77 %
Não (recebem apoio)	153	23 %
TOTAL	670	100%

Fonte: Caderno: *A Economia Solidária na Paraíba (2008)* in: (SILVA,2010, pag. 84).

2.1.4 - 3º CATEGORIA: Auto Organização Política: Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Em uma terceira categoria, vamos destacar o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). O FBES foi criado em 2003 sendo um dos passos importantes neste período no fomento e construção das PPES a nível nacional. Buscando acompanhar as implementações dessa política e dialogando em rede nas sugestões de ações no apoio a ES.

Segundo informações no (Portal FBES), o fórum constitui-se em uma forma de auto-organização política, que abrange um amplo dialogo a nível nacional e é organizado em redes de fóruns de ES dos municípios e Estados brasileiros. Sua estruturação consiste fundamentalmente na articulação entre três segmentos do movimento de ES: EES, EAFs, e gestores públicos. Na sua descrição, podemos ver que:

“O FBES está organizado em todo o país em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária” (Portal, FBES)

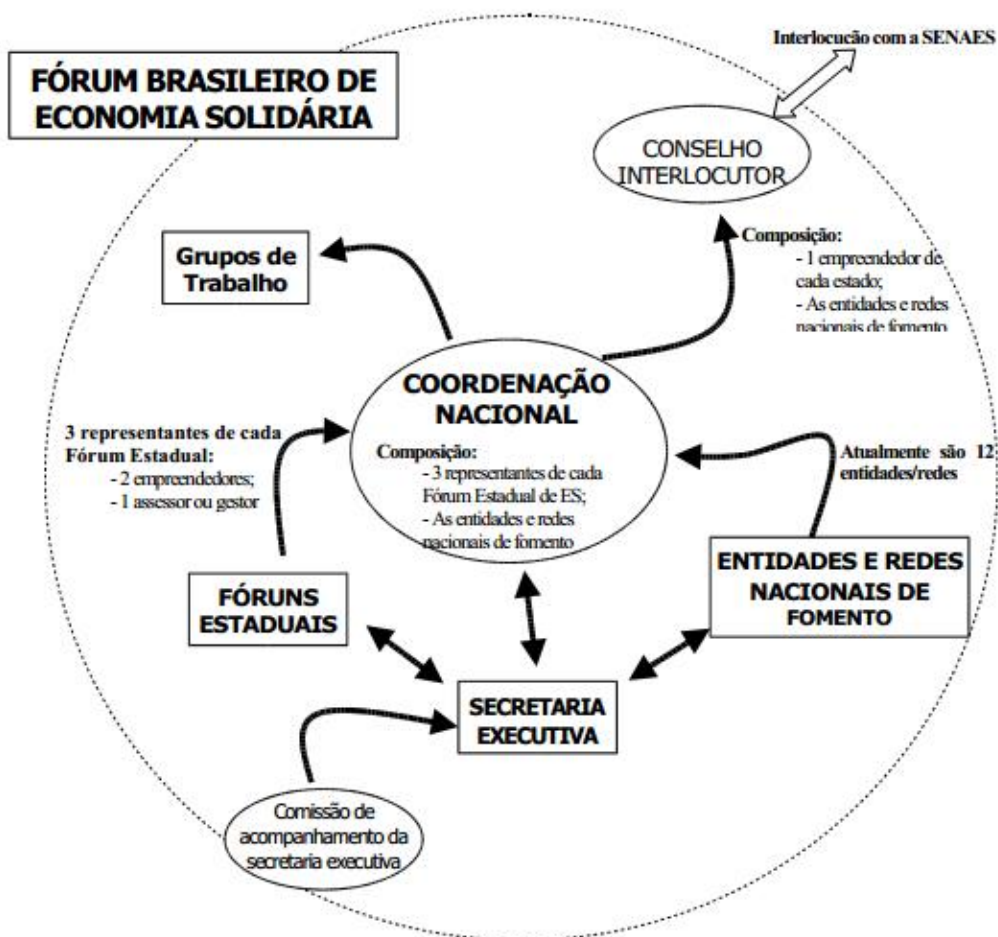
Ainda no portal FBES, em relação a sua estrutura e funcionamento, podemos ver que sua principal instância de decisão é a Coordenação Nacional, que consiste nos representantes das entidades e redes nacionais de fomento (GTBrasileiro)⁷, além de 3 representantes por estado que tenha um Fórum Estadual de Economia Solidária. Destes 3 representantes por estado, 2 são empreendedores e 1 é assessor ou gestor público.

A Coordenação Nacional reúne-se 2 vezes ao ano. O Conselho Interlocutor faz a interlocução do movimento de ES com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, e consiste em uma parte da Coordenação Nacional: as entidades e redes nacionais de fomento e 1 representante de cada estado (deve ser um empreendedor). Para dar suporte aos trabalhos do FBES, propiciar a comunicação entre as instâncias e operacionalizar reuniões

⁷ As doze entidades e redes nacionais que em momentos e níveis diferentes participavam do GT-Brasileiro eram: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. (Portal FEBS)

e eventos, há uma secretaria executiva, apoiada por uma comissão de acompanhamento composta por membros da Coordenação Nacional. Segue figura elucidada à estrutura do FBES:

Figura 1: Estrutura do Fórum Brasileiro de Economia Solidária



Fonte: Portal FBES.

2.1.5 – 4º CATEGORIA: Institucionalidade Pública (SENAES, Rede de Gestores, CNES)

Na quarta categoria, e, junto com a FBES, estão, talvez, os marcos mais importantes até agora no processo de fomento macro da ES. Que compete a SENAES, Rede de Gestores de Economia Solidária e o Conselho Nacional de Economia Solidária. Sendo

estes, elementos que se articulam na luta para criações e fomento de políticas públicas e equipamentos que favoreçam o desenvolvimento da ES em seu âmbito geral.

De acordo com Aquiles Munarim⁸ (2007), em 2001, um grupo constituído por organizações e redes de uma diversidade de práticas e segmentos de economia solidária cria o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária⁹ (GT-Brasileiro) Para articular e mediar a participação nacional e das redes internacionais de Economia Solidária no I Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre naquele mesmo ano. Faziam parte desse grupo representantes de sindicatos, universidades, movimentos sociais populares, agência de crédito à ES, igrejas, entre outros.

Ao final de 2002, com a vitória de Lula nas eleições, este GT Brasileiro elabora uma carta, encaminhada à equipe de transição, propondo a criação de uma política de apoio à ES. Esta carta foi reforçada e ampliada na I Plenária Nacional que iniciou o debate sobre uma plataforma, uma Carta de Princípios a criação de um Fórum Nacional de Economia Solidária.

Na terceira edição do FSM, o presidente Lula assume o compromisso de criar uma secretaria voltada à elaboração de políticas públicas de Economia Solidária e, nesse mesmo ano, foi criada a SENAES presidida pelo professor Paul Singer, no âmbito do MTE

Para entendermos melhor sobre a SENAES, no próprio site do MTE podemos ver a seguinte informação:

“A Secretaria Nacional de Economia Solidária foi criada em 2003 junto ao Ministério do Trabalho e Emprego disposta em Lei, fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Tendo como objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.” (Portal, MTE.)

Algumas de suas atribuições:

⁸ MUNARIM, Aquiles, Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES: Superação do Capitalismo? Monografia, 2007, pag 21.

⁹ Grupos de Trabalho (GT's) agem conforme a demanda de ações específicas do FBES, e para o avanço na implantação da Plataforma da ES. Os GT's são: Mapeamento, Finanças Solidárias, Marco Legal, Comunicação, Políticas Públicas, Relações Internacionais e Produção, Comercialização e Consumo. Fonte: Portal FBES. <acesso em 12/06/2013>

“I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego;

II - articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;

III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;

IV - colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;

V - estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular.” (Portal MTE.)

BARBOSA (2005), sistematizou algumas das principais políticas associadas a SENAES em um conjunto de transversalidade com outras instituições no âmbito do governo federal voltadas à Economia Solidária. Segue em figura o quadro elaborado pela autora:

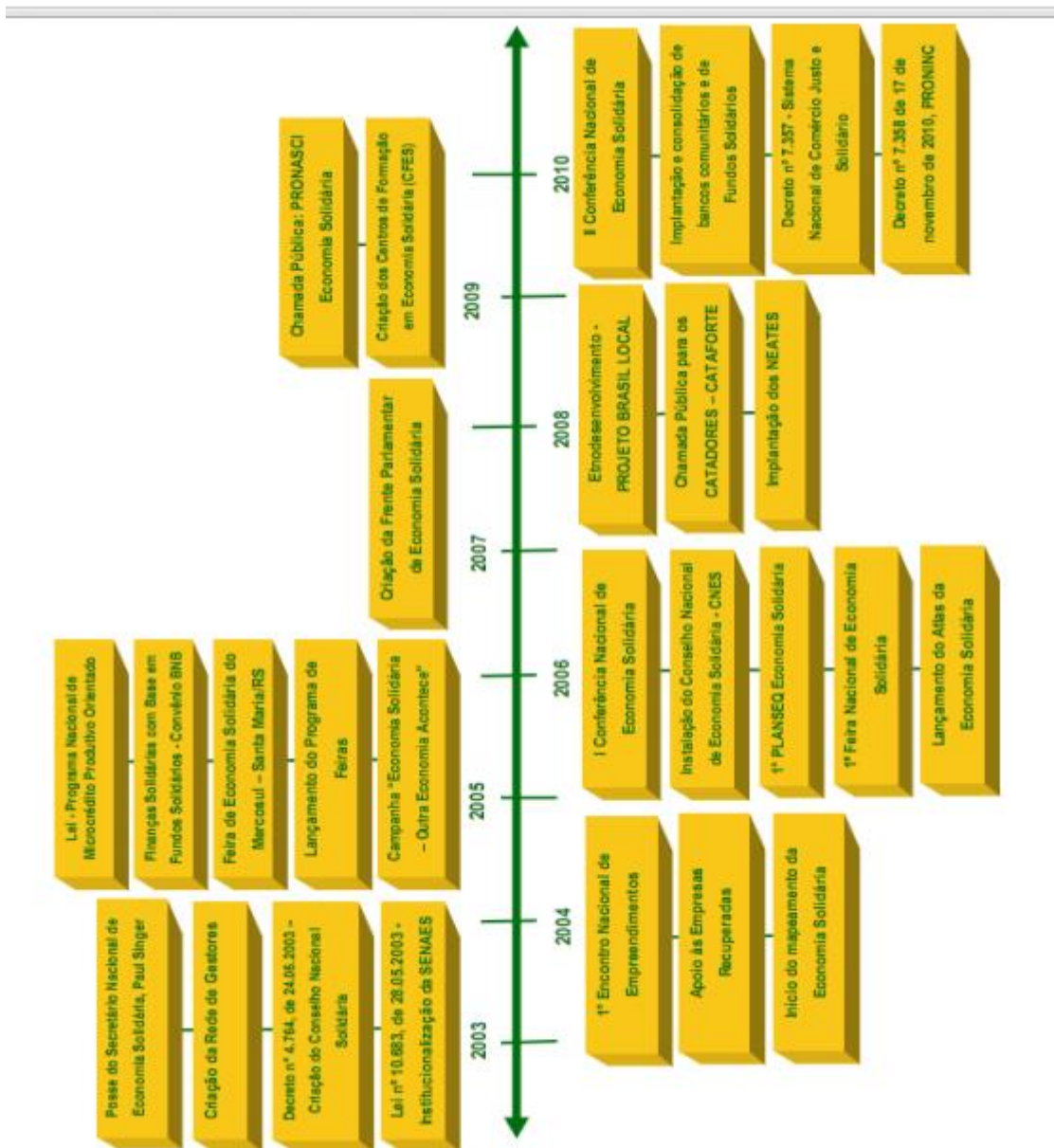
Figura 2: Quadro demonstrativo da transversalidade da Economia solidária no Governo Federal.

ORGÃO	PRINCIPAIS AÇÕES/PROGRAMAS INTERFACE COM SENAES
1) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Fomento ao cooperativismo através de capacitação tecnológica, educação associativista, estímulo a exportação, formação e ocupação de incubadoras de cooperativas populares, desenvolvimento de ações de cooperação entre cooperativas e financiamento de cooperativas (DENACOOOP- Departamento Nacional de Cooperativismo da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo do Ministério)
2) Ministério das Cidades	Programa de Crédito Solidário – Programa habitacional com juro zero e pagamento em até 240 meses, para famílias que ganham até 3 salários mínimos, organizadas em associações ou cooperativas habitacionais (Portaria 361/24-8-2004 / recursos do Fundo de Desenvolvimento Social)
3) Ministério do Desenvolvimento Agrário	Projeto de Comércio Ético e Solidário – promoção de feiras e mostras para realização de redes solidárias de produção e comércio e de articulação das potencialidades locais como alternativa concreta de negócios (SRA- Secretaria de Reordenamento Agrário) Desenvolvimento Local de regiões de reforma agrária e agricultura familiar onde se destaca o fortalecimento de sistemas associativos e cooperativos (SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial). Fortalecimento da produção e comercialização da agricultura familiar através do PRONAF (SAF – Secretaria de Agricultura Familiar).
4) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Programa Fome Zero – a) Geração de Emprego e Renda: aumento do volume de crédito do BNDES, CEF e BB para pequenas empresas e fortalecimento de agências de microcrédito solidárias; b) Incentivo à Agricultura Familiar por meio de cooperativas de produção e comercialização; c) Amazônia Solidária, voltado para fortalecimento econômico e social sustentável da Amazônia através de associações e cooperativas agroextrativistas.
5) Ministério da Educação	Programas de extensão de apoio e/ou fomento a iniciativas de economia solidária e incubagem – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Ações educativas escolares no âmbito de atividades curriculares de educação profissional e educação no campo
6) Ministério do Meio Ambiente	De modo difuso no conjunto de ações sobre desenvolvimento sustentável e agroextrativismo.
7) Ministério da Ciência e Tecnologia	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC – destinado ao fomento de incubadoras universitárias para cooperativas populares.
8) Ministério das Minas e Energia	Formação de cooperativas junto a setor de mineração
9) Secretaria Nacional Especial para Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial	Ações de natureza produtiva e de consumo que favoreçam a igualdade racial, étnica e de gênero, com destaque para as comunidades Quilombolas.

Fonte: Elaboração da autora a partir de documentos e depoimentos públicos de membros da SENAES.

Em publicação apresentada em 2012, a SENAES apresenta uma síntese que demonstra a sua linha do tempo em atuação ao fomento da economia solidária. Segue em figura:

Figura 3: Linha do tempo da atuação da SENAES



Fonte: Avanços e desafios para a Política Pública de Economia Solidária no Governo Federal: 2003/2010, MTE, SENAES, 2012, pag 22.

Em outro documento, a SENAES apresenta uma síntese dos investimentos realizados durante o período de 2003 à 2010. Segue em figura:

Figura 4: Síntese dos investimentos da SENAES 2003/2010

AÇÕES AGREGADAS	Projetos	%	R\$	%
Promoção do desenvolvimento local e Economia Solidária	28	6%	56.392.569,24	27%
Apoio a incubadoras de economia solidária	82	19%	29.398.672,34	14%
Apoio e fomento a empreendimentos de catadores de materiais recicláveis	28	6%	20.861.868,15	10%
Formação de formadores, agentes e trabalhadores da economia solidária	29	7%	20.218.556,52	10%
Apoio às finanças solidárias (bancos comunitários, fundos rotativos etc.)	71	16%	17.782.177,99	9%
Comercialização solidária	31	7%	15.455.305,83	7%
Fortalecimento institucional da economia solidária	19	4%	11.462.117,15	6%
Mapeamento da economia solidária no Brasil	48	11%	9.646.508,00	5%
Fomento a empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação	51	12%	8.611.971,18	4%
Assessoria técnica a empreendimentos econômicos solidários	17	4%	5.049.846,18	2%
Apoio e assessoria a empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão	9	2%	5.012.376,74	2%
Centros Públicos de Economia Solidária	19	4%	4.562.372,09	2%
Outros - diversos	3	1%	1.824.000,00	1%
TOTAL	435	100%	206.278.341,41	100%

Fonte: Pesquisa SENAES – SOLTEC/UFRJ, 2011

Para SARDÁ E SANCHES (2011):

“Tal decisão pela implantação da política no âmbito do governo federal foi importante, entre outros fatores, pelo fato de afastar desde logo qualquer possibilidade de que o campo da economia solidária ficasse circunscrito às ações de corte assistencial, como medidas contingenciais resultante da crise do sistema. Pelo contrário, situá-la no âmbito do Ministério do Trabalho significou o reconhecimento de formas de trabalho e renda diferenciadas, cuja natureza exige políticas específicas que podem e devem dialogar com as outras políticas do campo social, sem se confundir ou subsumir às demais. Nessa medida, não se trata de compreender a economia solidária como políticas contingenciais e compensatórias de enfrentamento a momentos de aguçamento das crises do capital, pois ela representa um projeto que coloca em questão o modelo de desenvolvimento hegemônico e aponta para a necessidade de construção de um novo projeto societal.” (SARDÁ e SANCHES, 2011. p.7).

Também surgindo em 2003, temos a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Que é representada em todo o país. No portal da Rede de Gestores localizada na ITCP¹⁰ COPPE da URFJ, podemos conferir que esta rede é formada pela articulação de gestores e gestoras de políticas de economia solidária de Prefeituras e Governos Estaduais. Ela existe para proporcionar a interlocução, o intercâmbio, a sistematização, a proposição de políticas públicas governamentais e a realização de projetos comuns, para o fomento e desenvolvimento da economia solidária, de modo a qualificar as ações desenvolvidas, a partir dos órgãos de governo voltados para este segmento.

A rede surgiu por iniciativa de gestores e gestoras de políticas públicas, com o objetivo de procurar dar respostas adequadas a trabalhadores e à trabalhadoras da economia solidária, segmento social que ocupa lugar cada vez mais relevante, na geração de trabalho e na promoção de desenvolvimento local. Tendo como principais objetivos ampliar cada vez mais o debate e a proposição de ferramentas adequadas, dentro do Estado brasileiro, para fomentar o desenvolvimento da economia solidária, e também estimular e fortalecer a organização e participação social deste setor nas decisões sobre as políticas públicas.

Das estratégias definidas pela Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária iremos destacar três grandes eixos¹¹. Sendo o primeiro deles a defesa da implantação de sistemas públicos integrados de políticas públicas, notadamente as de trabalho, emprego e renda e de desenvolvimento social; somado a essa estratégia, a importância que a Rede de Gestores dá na participação dos segmentos da economia solidária na gestão das políticas

¹⁰ ITCP é a sigla usada para designar uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Algumas incubadoras também são chamadas de Intecoop, outras de Incubacoop, Incoop etc. As ITCPs são sempre vinculadas a Instituições de Ensino Superior, sejam elas públicas ou privadas. O objetivo delas é estimular a geração de emprego e renda de grupos populares, por meio de princípios da Economia Solidária. Para entender a função de uma incubadora de cooperativas populares, basta lembrar de uma incubadora onde ficam crianças prematuras. O bebê vai para o aparelho e recebe todos os cuidados até que se fortaleça e saia de lá. O mesmo acontece com os grupos incubados por uma ITCP: eles recebem assessoria e acompanhamento em diversas áreas até que alcancem a autogestão.

Fonte: <http://www.unifei.edu.br/intecoop/o-que-itcp> <acesso em 03/12/2013>

¹¹ A Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento – Algumas contribuições da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária Para Reflexões.

Fonte: http://www.fbcs.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=672&Itemid=1
<acesso em 09/07/2014>

públicas da Assistência Social. Essa estratégia busca através da integração das políticas públicas da área do trabalho, do desenvolvimento e da assistência, criar um sistema público que permita maior potencialidade pública, entre recursos humanos, financeiros e legal, para inscrever a economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento.

Assim, reforça que de acordo com a Rede de gestores o processo de criação de um Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda pelo MTE, pode se constituir com o tempo, em um espaço de sede da política pública de economia solidária, pois a organização e o fomento de empreendimentos solidários está previsto nesse sistema, tendo como público alvo os sujeitos oriundos dos programas de transferência de renda, historicamente sediados nas Secretarias de Assistência Social.

O segundo eixo defendido pela Rede de Gestores em suas estratégias de fortalecimento da economia solidária, traz a afirmação da necessidade de avanços na definição de marco legal para a economia solidária nas três esferas de governo, enfatizando a criação de linhas de crédito específicas e a criação de canais de acesso dos empreendimentos de economia solidária às compras públicas.

As linhas de crédito específicas para os empreendimentos já constituídos e em operação, tem acontecido através da criação de Bancos do Povo Municipais, entidades que apresentam um perfil associacionista, com a participação de Prefeituras, Universidades, Sindicatos (em geral de trabalhadores), cuja missão é de fornecer créditos baratos para micro e pequenos empreendedores, com linha de crédito especial para empreendimentos associativos.

Para os empreendimentos solidários em formação, com a participação de sujeitos com baixa escolaridade, nenhum conhecimento de gestão e tecnológico, o financiamento tem acontecido pelas Secretarias envolvidas no fomento ao programa, com a participação de transferências federais através de Ministérios como MTE, MDS, MDA e bancos públicos como BNDES e Banco do Brasil, através da Fundação Banco do Brasil. Não existe uma definição de Estado como ocorre com o Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema único de Assistência Social (SUAS), em que os recursos são definidos e alocados em fundos específicos. Trata-se de uma política de disputa por fundos, ou via projetos de financiamento, ou via editais, que se tem mostrado pouco eficaz.

O terceiro eixo é orientado para a formação de servidores e gestores públicos e organizações sociais em economia solidária, além de apontar para a necessidade de criação de órgãos de fomento em economia solidária dentro do Estado. Essa estratégia está relacionada à estruturação de um corpo de profissionais com a função de se tornarem multiplicadores dos princípios norteadores da economia solidária, de forma a se constituir uma massa crítica de formadores junto aos empreendimentos solidários e, além disso, difundir a economia solidária e torná-la conhecida pelo conjunto da sociedade.

Os órgãos de fomento tem sido, ao longo desse período de desenvolvimento da economia solidária, o suporte de recursos humanos, tecnológico e de materiais. São oriundos de organizações não governamentais, de universidades em sua maioria públicas, denominadas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, e de organizações governamentais, em sua maioria municipais, denominadas de Incubadoras Municipais.

Outro componente de grande importância se tratando da discussão, disseminação e luta pela Economia Solidária é o Conselho Nacional de Economia Solidária. Que vem a surgir no mesmo período que a SENAES, Rede de Gestores e FBES.

No Portal MTE¹² constatamos que o CNES foi criado no mesmo ato legal que criou em junho de 2003 (Lei nº 10683 de 28/05/2003 e com base no Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003,) a SENAES no MTE. Trata-se de um órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária. Suas principais atribuições são:

- A proposição de diretrizes para as ações voltadas à economia solidária nos Ministérios que o integram e em outros órgãos do Governo Federal;
- O acompanhamento da execução destas ações, no âmbito de uma política nacional de economia solidária.

No que diz respeito à sua composição, o CNES representa três segmentos do movimento de economia solidária, totalizando 56 entidades:

- 19 representantes do governo

¹² http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/cons_default.asp <acesso em 09/07/2014>

- 20 representantes de EESs
- 17 representantes de entidades não governamentais de fomento e assessoria à economia solidária.

No que concerne a sua Estrutura e Funcionamento, o CNES é composto por quatro instâncias: Plenário, Comitê Permanente, Comitês Temáticos e Secretaria Executiva. O Plenário é a instância máxima de decisão do CNES, sendo composto por seus 56 membros. Por sua vez, o Comitê Permanente do CNES é responsável pela preparação das pautas das reuniões junto com a secretaria do CNES, além de auxiliar o Presidente nos encaminhamentos das proposições aprovadas em plenário. Finalmente, os Comitês Temáticos são instâncias responsáveis por estudar, debater, elaborar propostas e oferecer subsídios, recomendações e pareceres, de forma crítica e analítica, sobre temas específicos relacionados às políticas públicas para a economia solidária. São cinco os Comitês Temáticos:

- Comercialização, Redes e Cadeias de Produção e Consumo;
- Crédito e Finanças Solidárias;
- Formação e Assistência Técnica;
- Institucionalidade de Política Nacional;
- Marco Jurídico.

Sua estrutura nasceu e ganhou força depois da I Conferência Nacional de Economia Solidária. (CONAES), que ocorreu em junho de 2006. Após algumas discussões, em um ato legal surge o Decreto N° 5.811, de 21 de Junho de 2006 que estabelece a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária.

Dos componentes na sua estrutura nos vários Segmentos¹³ depois da I CONAIS:

¹³ Fonte: Portal MTE- CNES e <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia293498> <acesso em 07/07/2014>

1 Empreendimentos de Economia Solidária;

Representados por: Associação Nacional de Cooperativas de Crédito e Economia Solidária (ANCOSOL); Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão (ANTEAG); Confederação Nacional de Cooperativas da Reforma Agrária (CONCRAB); União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária (UNISOL); União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES); e outros 15 representantes de empreendimentos econômicos, indicados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), totalizando vinte entidades.

2 Entidades da Sociedade civil;

Representadas por: Articulação do Semi-Árido (ASA); SEBRAE; Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA); Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC); Rede Cerrado; Rede Mulheres Economia; UNITRABALHO; Movimento Nacional de Catadores; Movimento Nacional Quilombolas; Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária; Cáritas Brasileira; Fórum de Comércio Ético e Solidário; Associação Brasileira de Entidades de Microcrédito (ABCRED); Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG); Pastoral Social da CNBB; OCB, totalizando dezessete entidades

3 Governo;

Representado por: MTE; SENAES; MDA, MC; MMA; MAPA; MDS; MF; Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria de Aquicultura e Pesca; SEPPIR; MIN; MCT; MEC; BNDES; CEF; BB; FONSET; e REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA (19 entidades: 13 ministérios, 3 bancos federais, 2 redes de administradores estaduais e municipais e a SENAES)

Torna-se importante ressaltar essas categorias e suas particularidades, pois a partir da leitura, consideramos esta, a articulação principal da ES. E um dos pontos importantes para

a pesquisa, é saber a relação que encontramos em João Pessoa com essas categorias. O que pode nos ajudar a entender se o município segue ou como está a interação aos elementos dessas categorias, sendo relevante essa constatação, visto que esta é a principal articulação da ES.

CAPITULO III

3- PENSANDO O CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para uma compreensão maior do assunto abordado, achamos importante buscar um entendimento do que seria as políticas públicas embasadas em seu estudo conceitual e, junto ao seu conceito, pensa-las de um modo que para de fato estarem em consonância com o público ou que anseie as reais necessidades da população, estejam essas mais próximas da sociedade em seus processos.

Para discutir, ao nosso ver, um significativo entendimento das Políticas Públicas, iremos trazer algumas interpretações de alguns autores e, em seguida, buscaremos chegar a um conceito próximo das Políticas Públicas em seu âmbito social. APPIO (2005) entende as políticas públicas como “um instrumento de execução de programas políticos baseados na intervenção estatal na sociedade, com a finalidade de assegurar igualdade de oportunidades aos cidadãos, tendo por escopo garantir as condições materiais de uma existência digna a todos os cidadãos.” (APPIO, 2005, p.136) Neste sentido, podemos considerar que APPIO (2005) aponta essas políticas como simplesmente um ato que parte do Estado. Já SOUZA (2006), resume a política pública como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. (SOUZA, 2006)

A partir desse diálogo, podemos aguçar a compreensão das políticas públicas em um sentido de “mão dupla”. DI GIOVANNI (2009) ver que:

“Tal conceito vai além da ideia de que uma política pública é simplesmente uma intervenção do Estado numa situação social considerada problemática. Mais do que isso, penso a política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade”. (DI GIOVANNI, 2009)

Ou seja, “mão dupla” no sentido da troca (diálogo) entre o feitor das políticas, e o receptor da mesma, buscando definir as necessidades com quem as tem. Pois uma política não é algo padrão, são várias necessidades, em várias realidades distintas, em vários locais distintos, e o contato direto com a demanda que se planeja atuar através de políticas, certamente apontará fatos que levam a indicadores mais próximos da realidade local. Neste

sentido, podemos pensar as políticas públicas como um processo de construção social onde as relações e finalidades estão associadas as interações Estado/sociedade. Todavia, não podemos esquecer da luta por agendas, jogos de interesses, onde uma participação democrática intensifica mais ainda essa disputa. Visto, as várias ideias em discurso. Pensando por esse lado, podemos enxergar que, em um discurso democrático com a participação social, maiores serão as chances do feitor de uma política ter informações de impactos locais, e assim, poder trabalhar e priorizar as necessidades que incidem nessa demanda. Ainda como reforço, SOUZA (2006) aborda que:

“O Estado possui uma relativa autonomia de atuação na criação e implementação de políticas públicas, pois cria as condições para dar objetivo às políticas públicas. Outros segmentos, que não o governo, também formulam e fazem parte da formulação e implementação das políticas públicas, isso passa a ocorrer devido à perda de autonomia e ação de segmentos do governo, e do jogo de interesses, ou seja, quando o governo deixa de intervir na criação e implementação de políticas públicas.” (SOUZA, 2006)

Podemos então, considerar que quando se fala em políticas (políticas sociais, de saúde, de educação, etc.) nos remete a estratégias governamentais voltadas a determinado assunto ou problema que se quer solucionar na sociedade e com a sociedade (espaços para diálogos). Estas políticas são públicas, quando o foco em finalidade é o bem social/econômico através de ações democráticas e administradas por agentes estatais. Vale salientar, que em relação de poder, cabe ao Estado tal autonomia para as ações de políticas públicas, porém, destacamos a importância dessas interações para uma política pública, de fato, voltada aos interesses do público impactado. Entendemos também, que em um caso de políticas específicas como a de juros, por exemplo, é oportuno esta ser trabalhada de forma mais restrita e rígida pelo poder público, tendo em vista, uma política de controle do poder público em relações sociais em que algumas informações poderiam prejudicar uns e beneficiar outros. Como em outras palavras afirma Maria Benevides (2008) As políticas públicas “são de origem, mas não necessariamente, exclusivas do estado”.

Quanto a sua formação e implementação, SOUZA (2006) diz que “políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.” (SOUZA, 2006,p.32)

3.1- Caráter Emancipatório das PPES

Uma série de estudos aponta as principais características e potencialidades das políticas públicas de economia solidária enquanto políticas emancipatórias.

Cabe aqui tratar em síntese, o que seria esse caráter emancipatório das políticas públicas no âmbito social. Podemos partir da ideia de que esse caráter emancipatório é voltado a dar condições para que os indivíduos e principalmente grupos de uma sociedade tenha a viabilidade de ampliar-se e de “autogerir-se”, visando sua sustentabilidade, ou, em síntese, ter sua autonomia. Em uma visão mais ampla, CATTANI (2009) conceitua essa emancipação social como:

“O processo ideológico e histórico de liberação por parte de comunidades políticas ou de grupos sociais da dependência, tutela e dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais. Emancipar-se significa livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e cidadã no estado democrático de direito. Emancipar-se denota ainda aceder à maioria de consciência, entendendo-se, por isso, a capacidade de conhecer e reconhecer as normas sociais e morais independentemente de critérios externos impostos ou equivocadamente apresentados como naturais.” (CATTANNI, 2009, p.175)

Neste sentido e reforçando esse caráter emancipatório, Ângela Schwengber¹⁴ (2004) aponta que o fomento à economia solidária é uma política de desenvolvimento, portanto, não deve ser relegada às políticas de corte assistencial ou compensatório, antes pode ser alavanca emancipatória também para beneficiários destas. Por ser política de desenvolvimento e por voltar-se para um público-alvo que historicamente tem ficado excluído ou que vem progressivamente ampliando os graus de pobreza e exclusão social, esta política demanda ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde e tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e sustentabilidade.

A partir dessa conceituação, podemos associar esse caráter emancipatório com as PPES, sendo esta política emancipatória, no sentido de que não se resume a uma transferência de renda, servindo em geral, como um escopo no processo de geração de

¹⁴ . Diretrizes para Políticas Públicas de Economia Solidária: A contribuição dos Gestores Públicos. Rio de Janeiro : ITCP/COPPE/UFRJ, 2004.

trabalho e renda regada a princípios solidários e democráticos que em tese, favorece essa emancipação dos grupos a ela envolvidos.

3.2 Políticas Públicas de Economia Solidária

Voltando propriamente as PPES, Schiochet (2009) explica que:

“Enquanto política pública, a economia solidária é definida pelos contextos históricos de sua emergência. No caso Europeu, pode ser entendida como uma busca de reconfiguração do papel do Estado (poder público) para garantir coesão e proteção social baseadas em novas formas de solidariedade, em frente à crise da sociedade salarial e às metamorfoses atuais da questão social. No caso latino-americano, a economia solidária resulta da crise do modelo neoliberal que orientou a ação governamental na década de 1990, constituindo-se, ao mesmo tempo, em alternativa crítica a esse mesmo modelo.” (Schiochet,2009, p.268)

Para se embasar no que se refere à delineação que é dada a esta política no Brasil, a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES) diz que:

“A política pública de economia solidária se integra plenamente às orientações estratégicas e prioridades do governo federal de redução das desigualdades socioeconômicas e regionais por meio do resgate humano da população que se encontra em situação de extrema pobreza e da promoção do desenvolvimento territorial sustentável e solidário. Para tanto, pretende-se fortalecer e ampliar, de maneira integrada, as políticas públicas para garantir o acesso a investimentos, à formação, à assessoria técnica, à comercialização e ao crédito a todas as pessoas participantes das iniciativas econômicas solidárias.” (SENAES, 2012)

Reforçando a ideia, na II CONAES (2010) conclui-se que:

“sua finalidade é promover a economia solidária na agenda de desenvolvimento do país através: Do reconhecimento das atividades econômicas autogestionárias, do incentivo aos empreendimentos econômicos solidários em todos os setores (incluindo incentivos fiscais), da criação de novos grupos, do fortalecimento dos já existentes, e da integração de empreendimentos e empreendedores em redes e cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo de bens e serviços, assegurando o direito ao trabalho associado.” (Portal MTE.)

Com base em Ângela Schwengber¹⁵ (2004) podemos entender que o estabelecimento de políticas públicas de fomento à economia solidária torna-se parte da construção de um Estado Republicano e Democrático, pois reconhece a existência destes novos sujeitos

¹⁵ Diretrizes para Políticas Públicas de Economia Solidária: A contribuição dos Gestores Públicos. Rio de Janeiro : ITCP/COPPE/UFRJ, 2004.

sociais, novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite a outros segmentos sociais. O papel do Estado frente à economia solidária é o de dar-lhe propulsão por meio de políticas públicas que disponham de instrumentos e mecanismos adequados para o reconhecimento e o fomento deste setor.

3.2 – Avanços e dificuldades das PPES

Podemos ver acima, após a leitura, um conjunto de avanços das PPES que é a criação de vários entes que buscam fomentar e construir cada vez mais a Economia solidária e suas políticas de fomento. Para tratar dos avanços e dificuldades das PPES, vamos dar destaque ao Relatório Final de Avaliação das Políticas Públicas de Economia Solidária, realizado em 2005¹⁶ pelo SENAES, em parceria com a Rede de Gestores, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal da Bahia (UFBA). Esse estudo se propôs a conhecer em grande escala as ações em Economia Solidária no Brasil, e avaliar a construção das PPES em alguns municípios brasileiros.

Com base neste relatório e no estudo dos Avanços e limites das PPES de Borinelly, Gonçalves e Dutra (2011)¹⁷ Podemos ver que o Relatório (2005) destaca quatro avanços, seguidos de quatro desafios das PPES no Brasil: i) a sensibilização dos atores políticos; ii) a organização da sociedade civil; iii) a criação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e; iv) as articulações intragovernamentais. Como desafios destacam-se: i) a partidarização das ações da economia Solidária; ii) a redemocratização das relações entre Estado e sociedade; iii) o tempo para desincubagem e; iv) a fragilidade das parcerias.

Segundo o Relatório (2005), a sensibilização do dirigente municipal ao tema possibilitou o empreendimento de ações em Economia Solidária. No entanto, atrelado a esta sensibilização encontra-se o desafio da despolitização das ações da Economia

¹⁶ Disponível em:

http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF18E6D00D73/pub_avaliacao_politicas_publicas.pdf <acesso em 07/05/2014>

¹⁷ Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APB446.pdf> <acesso 07/05/2014>

Solidária. Desta forma, as ações foram realizadas de “cima para baixo”, o que fez com que os movimentos sociais participassem pouco desta implantação.

Para Borinelly, Gonçalves e Dutra (2011):

“A adoção destas ações por parte dos dirigentes é fundamental na promoção e desenvolvimento das iniciativas de Economia Solidária, por outro lado esta articulação pode gerar dependência da opção/partidarização política dos dirigentes, podendo sofrer ruptura quando ocorrer a troca de governo. Para que isso não ocorra, é necessário que a sociedade civil apodere-se destas conquistas e passe a pressionar o Governo para garantir a permanência dos programas públicos de apoios à ES.”

Passos importantes estão sendo dados em todos os municípios pesquisados para que a articulação entre sociedade civil e Estado aconteçam de forma a se evitar uma verticalização excessiva das políticas. Um exemplo disso é a constituição de Centros Públicos e a presença de gestores públicos oriundos do próprio campo da economia popular e solidária. Um problema verificado é a dificuldade em encontrar grupos organizados, mobilizados e politizados, o que faz com que, via de regra, haja uma indução externa em relação à organização dos grupos sociais como primeiro passo para o seu desenvolvimento (RELATÓRIO, 2005)

O Relatório (2005) salienta a importância das parcerias estabelecidas entre Programas de Economia Solidária com Instituições e organizações da Sociedade Civil, como por exemplo a criação das ITCPs que foram tratadas anteriormente. Essas parcerias são a principal alavanca de apoio na disseminação da Economia Solidária e do conhecimento sobre autogestão para dentro e fora das Universidades, além de estimular o desenvolvimento de outras tecnologias específicas e estratégias apropriadas aos empreendimentos populares. Entretanto, este acompanhamento tornou-se um desafio para as PPES; primeiro porque esta não sabe ao certo o momento adequado para a desincubagem dos empreendimentos e segundo por não saber como transferir toda a tecnologia desenvolvida em parceria com os alunos e professores para o empreendimento sem comprometer a vida do mesmo. Em geral, as ITCPs ainda não sabem o momento adequado para desincubar os empreendimentos, criando uma relação de dependência entre as incubadoras e os empreendimentos.

O outro desafio está ligado à parceria que se estabelece com as Universidades, em sua maior parte, através de projetos de extensão, que contam com recursos humanos e contratos temporários. O fato é que os professores, alunos e outros profissionais envolvidos nestas parcerias não compartilham da mesma realidade do empreendimento, o que compromete a continuidade das ações. Outra grande dificuldade está em retirar destes parceiros a imagem que os trabalhadores projetam de que eles são detentores de saberes técnicos e políticos superiores, o que gera dependência e subserviência que pode imobilizar a autonomia e emancipação dos grupos de Economia Solidária (RELATÓRIO, 2005)

Vimos os principais elementos articuladores e fomentadores da ES e sua política. Um entendimento de políticas públicas e uma reflexão em um ponto de vista de como pensa-la. Assim como, uma apresentação e um diálogo quanto a própria política de ES. Todo este aparato serviu de arcabouço teórico para tratarmos a pesquisa de campo e buscar resultados que se enquadrem em sua realidade.

CAPÍTULO IV

4 - AS CATEGORIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

4.1 - Empreendimentos Econômicos Solidários: *diálogo, dificuldades, contradições*

A partir dos depoimentos de 20 representantes dos EES, de atores que saíram do contexto da ES, e de gestores que atuaram e atuam no presente, por unanimidade entre as questões, conseguimos achar uma luz que nos aproximou da realidade em que se encontra o atual contexto dos EES no Município de João Pessoa. Identificando quais segmentos estão mais presentes, suas dificuldades e a real situação ou caracterização dos empreendimentos que atuam.

Em nossa pesquisa, podemos constatar que o maior número de grupos coletivos está dentro dos que lidam com produção e comercialização, e sua grande maioria na área de comercialização de artefatos artesanais, e uma pequena parcela na produção e comercialização de derivados alimentícios e outros artigos. Outros grupos coletivos em pequeno potencial se tratando de quantidade, estão os Catadores de Material Reutilizável e Reciclável e os que tratam de agricultura. Ainda temos alguns de serviços e crédito segundo o mapeamento do SIES. Mais à frente na pesquisa, iremos tratar dos quantitativos dos grupos tomando por base os EES que estão no mapeamento do SIES (2005) dos que estão cadastrados na DESSAN e os que conseguimos identificar com a pesquisa exploratória. E ainda, para qual fim laboral está suas atuações. No contexto que envolve os EES em João Pessoa, os que mais estão em evidência no que tange os direcionamentos dos fomentos tanto do poder público, quanto das EAFs e discussões no FEES/PB, são os de artesanato e os de catadores de material reutilizável e reciclável.

Em entrevistas realizadas com os EES que tratam do artesanato, buscamos tentar compreender suas dificuldades, que tipo de apoio recebem e em que sintonia estão com os princípios da ES. Em seguida, iremos dialogar com o os catadores.

No campo das dificuldades, podemos constatar que o principal gargalo está na comercialização, e formação que direcione com o quê, e de que forma o grupo irá

trabalhar. Vale salientar, que grande parte dos EES se formalizaram a partir do incentivo do poder público, constatando o que diz a avaliação do relatório (2005). Uma afirmação que representa semelhança com os demais entrevistados é a da entrevista EES1 (2014)

“As nossas feiras precisam de mais divulgação, e outro problema, é que ela é itinerante, em um dia estamos na praia e depois no centro (Prefeitura), precisamos de um lugar fixo e que tenhamos mais visibilidade”

Nesse eixo, segue entrevista EES2 (2014), *“Muitas vezes, essas feiras não trazem muita rentabilidade, fica difícil também, pois boa parte dos grupos não é muito forte em organização”*. Ou seja, quanto a formação, apesar de receberem apoio neste sentido das EAFs, e das políticas públicas, boa parcela dos grupos acabam não seguindo de fato um trabalho coletivo. Segundo entrevista EES3 (2014) *“Mesmo sendo artesanato, cada um faz seu tipo de produto, e isso complica na hora das vendas, pois uns vendem mais que outros e isso acaba desestimulando alguns que acabam saindo.”* Podemos notar claramente, que está faltando uma diretriz ou um maior esclarecimento sobre o que é, e como fazer ES. Há um incentivo para o trabalho coletivo mas a organização deste acaba se sobressaindo dos princípios solidários. Ou seja, isso acaba comprometendo o que entendemos como trabalho coletivo e autogestão. Acabam se remetendo como grupo só na hora da comercialização (Feiras). E vale salientar, fora as feiras, em boa parte dos grupos, eles comercializam individualmente. Como afirma entrevistada gestor1 (2014) *“Grande parte dos grupos se baseiam como grupos só para comercialização”* (feiras) mesmo sendo caracterizados como grupos de produção. Ainda afirma entrevista gestor1 (2014), *“Os Empreendimentos aqui, vivem ainda uma perspectiva de se consolidarem como econômicos solidários”*. A seguir, iremos tratar dessa questão. Vale ressaltar, que tudo o que levantamos nesta etapa, se restringe ao município de João Pessoa, e que, nas outras regiões da Paraíba, os grupos são mais antigos.

Após apresentarmos essa narrativa, e tendo por base o diálogo com outros atores deste universo, podemos identificar uma latente disfunção em boa parte dos grupos coletivos de João Pessoa a que se propõe os discursos e diretrizes do que se entende por Economia Solidária. Podemos ainda levantar que a falta de uma melhor informação, formação, ou direcionamento nas políticas de apoio, acaba remetendo os grupos a se formalizarem no intuito de receberem apoio de “cima para baixo”, e não, se consolidarem

como Empreendimentos Econômicos Solidários como vemos na literatura. Constatando o que vimos sobre a avaliação das PPES anteriormente. No sub tópico 4.4, poderemos reforçar esse levantamento a partir da relação com a DESSAN e o projeto “Fazendo Arte e Economia Solidária”.

Não contrária, está a realidade dos grupos coletivos dos catadores de material reutilizável e reciclável. Os 5 grupos que podemos identificar através de diálogo com diferentes catadores, foram: ASTRAMARE, formado por 3 grupos, (cerca de 100 catadores) ou seja, estão localizados em três locais distintos e formalizaram 1 associação, ACORDO VERDE , 2 grupos, ASCARE, ACAMPAR e a CATAJAMPA (formada exclusivamente por 20 mulheres). Em nossa pesquisa, entrevistamos diretamente só o grupo CATAJAMPA, porém, vamos tomar por base, para qualificar o trabalho em termos de alcance, a pesquisa realizada por ROCHA (2012)¹⁸.

Os empreendimentos sofrem para se consolidar como solidários a partir do que constatamos com a pesquisa. Tem alta dificuldade para seguir um processo de autogestão e estão inseridos em um contexto de dependência. Como podemos ver em ROCHA (2012):

“Uma informação quase que unânime, é que todos sofrem pela ação de “atravessadores” quais sejam, comerciantes que possuem capital de giro e transporte próprio (itens que os catadores não possuem) e compram o material deles para revender às fábricas recicladoras. Esta prática acaba por desvalorizar o preço de materiais, estabelecendo uma relação de dependência no que diz respeito ao transporte do material coletado até os compradores. Segundo os relatos dos catadores, a relação comercial com os “atravessadores” se dá da seguinte forma: Os „atravessadores”, que possuem os meios de transporte dos materiais e capital de giro, vão até o galpão, pesam e pagam, à vista e em espécie, pelo material. Isto ocorre diariamente com a ASTRAMARE e ASCARE. Um outro fator que também beneficia o atravessador nesta relação comercial, é que as empresas realizam o pagamento à prazo por cheque ou promissórias, e aquele, tendo capital de giro, pode aguardar até o recebimento, tarefa quase impossível para os catadores que necessitam do dinheiro de seu trabalho a curto prazo por razões de sobrevivência.” (ROCHA, 2012, pag. 12-13)

Quanto a não consolidação dos empreendimentos enquanto solidários, podemos constatar nas falas de ROCHA (2012):

¹⁸ POLÍTICA PÚBLICA DE RESÍDUOS E O TRABALHO ASSOCIATIVO DOS CATADORES DE MATERIAL REICLÁVEL. ROCHA, vanessa. 2012.

No que concerne às condições e divisão do trabalho e da renda, no caso específico da ASTRAMARE, detectamos que não são totalmente coletivas (para o total dos membros da associação). Tarefas e vendas são divididas por grupos de aproximadamente dez pessoas que atuam em cada esteira dos galpões do Aterro e do Roger, e rateiam, entre si, o que separam e vendem diariamente. Eles são categóricos no que concerne ao recebimento diário pela venda, pois reafirmam que desejam o pagamento imediatamente após a pesagem. Vale destacar que a exigência do pagamento diário coloca um problema para a prática associativa, pois necessitariam esperar mais tempo para juntar quantidades maiores de material e assim, obter um preço melhor pela venda que permitisse arcar com os custos da associação (como impostos, taxas, emissão de notas fiscais), manter um fundo para o capital de giro, que não possuem, e cumprir com uma de suas obrigações estatutárias que é a contribuição de 1% do valor de um salário mínimo de cada associado para manutenção do fundo associativo. Tal fundo não existe atualmente e a associação encontra-se totalmente desprovida de recursos próprios. (ROCHA, 2012, pag. 13)

E, ROCHA (2012):

Tanto os membros da ACORDO VERDE quanto catadores informais que se recusam a se associarem, mas trabalham nos mesmos bairros como “autônomos”, relatam que existe uma forte relação de dependência da EMLUR¹⁹. Afirmam que ela estabelece a rota de percurso dos catadores, bem como instituiu folha de ponto para controlar o dia trabalhado de cada catador. A própria EMLUR, por seu gestor entrevistado e o próprios catadores, afirmam realizar a pesagem do material, bem como a negociação da venda junto aos “atravessadores” e não diretamente às empresas recicladoras.

De novo, podemos constatar o termo “dependência”, a qual, não faz parte da lógica dos EES, que é justamente uma forma de buscar desenvolvimento e autossuficiência e ou auto sustentabilidade. Para reafirmar, o que já vem sendo tratado no contexto, segundo entrevista EES4 (2014) *“não existe aqui economia solidária como vocês falam, as pessoas se unem mais para receber apoio”*. Contudo, podemos constatar que existem sim, alguns empreendimentos que seguem os princípios da ES, como os de algumas artesãs dentre outros a qual foram abordadas na pesquisa. E claro, a pesquisa só trabalhou com uma parcela dos empreendimentos, e, não cabe aqui, esgotar a existência da ES nos empreendimentos. Um outro exemplo, na esfera de grupos coletivos que estão em uma perspectiva de se enquadrarem enquanto EES, é o de coleta de material reutilizável e reciclável CATAJAMPA. E para expor a visão dessas catadoras, frente as categorias que

¹⁹ Empresa Municipal de Limpeza Urbana.

englobam o universo da ES, iremos destacar algumas respostas da entrevista EES5 (2014) a partir de algumas questões.

1 - Qual as dificuldades que vocês sentem desde a criação do empreendimento?

“Na realidade é se estruturar e as buscas fracassadas pela infraestrutura, isso tudo proposto nas três esferas Nacional, Estadual e municipal. Tivemos projeto de emenda por deputado Luis Couto, pedimos ajuda para averiguar e ninguém se compromete, não querem se queimar enquanto isso estamos sendo incapaz de viver.”

2 - Quais os apoios? Foram positivos? Pontos negativos?

“Paróquia Sagrado coração de Jesus-Mandacaru, Paróquia São Bonifácio-Boblingen-Alemanha, Rede Lixo e Cidadania-PB, Rede de Comercialização Solidária-Cata PB, Caritas-Entidade. Sim positivo em questão de conhecimentos, Mas em posicionamento sempre estamos fragilizados, estamos só, quando procuramos contar um problema na intenção de ter com quem contar a história fica no caminho. A falta de compromisso, dizem uma coisa fazendo outra.”

3 - No seu entendimento, o que está faltando para que seu empreendimento possa avançar? (Maior organização? Melhores políticas?)

“Melhores políticas, com olhar diferenciados para os vários seguimentos estamos no contexto mais temos um diferencial pela própria concorrência existente entre os empresários e os poderes públicos. Maior organização pode ser uma fiscalização mais rigorosa sobre o que estão fazendo com o dinheiro que está vindo para esses fins. Pois enquanto não tiver compromisso estaremos sempre levando a pior por ser fragilizados em conhecimento se tornamos alvo fácil.”

4- Já recebeu formação em Economia Solidária? O seu ambiente de trabalho segue os princípios dela?

“Estamos dentro dos conceitos mais não seguimos os princípios pois nem corpo físico temos, tentamos se manter em teoria e pequenas ações do dia a dia”

5 Tem participação no Fórum de economia solidária? Se não, qual o motivo?

“No corpo gestor não, Mais participo das audiências sempre que convoca dependendo da disponibilidade apesar de entender que o catador esta num espaço onde as ansiedades da categoria não está tendo um olhar diferenciado, estamos sendo tratados como mais um e sabemos que não temos o mesmo tempo, temos urgências um dia a menos faz muita diferença o que me preocupa muito de ver o quanto a categoria está sendo prejudicada.”

4.1.1 Caracterização dos EES do Município de João Pessoa.

Entre 2005/2007, o SIES fez um mapeamento dos EES no Brasil. Na Paraíba, foram levantados 667 grupos, em João Pessoa, foram levantados 46 grupos coletivos apontando o tipo de atuação de cada um. Para fazermos essa caracterização, vamos tomar por base tanto esse mapeamento, quanto os EES cadastrados na DESSAN e os que conseguimos identificar na pesquisa exploratória.

Com base nos dados do SIES durante o período supracitado, segue tabela com os EES identificados em João Pessoa:

Quadro 1 - Quantidade de EES mapeados pelo SIES no Município de João Pessoa

1 Cooperativa de Profissionais em Desenvolvimento Humano e Serviços Técnicos
2 Associação dos Artesãos e Artífices de Mangabeira
3 COOPERCRET - Coop. de Crédito Mútuo dos Servidores CEFET/PB
4 Coop de Crédito Mútuo Empregados em Empresas Telecomunic. NE - CERTEL Ltda
5 Cooperativa de Serviços Gráficos - COOSIGA LT
6 Feira Agroecológica do Valentina Figueiredo
7 Associação de Trabalhadores de Material Reciclável (ASTRAMARE)
8 Grupo de Produção Artevida Feminino
9 Grupo de Produção Artevida Masculino
10 Grupo Artes Diversas
11 Coletivo Feminista Nova Mulher
12 Glauco's Artesanato
13 Solidário Melhor Idade
14 Associação Santo Dias
15 Associação de Promoção Sócio-Cultural do Bairro dos Novais
16 Coop de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário do Município JP
17 Coop. de Crédito Mútuo dos Policiais Federais na PB
18 Coop. de Crédito Mútuo dos Funcionários do SEBRAE da PB e do RN
19 Amigas Artesãs
20 Coop. de Crédito Mútuo dos Funcionários da Junta Comercial da PB
21 Coop. de Eletrificação Rural do Litoral
22 Coop. de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do INSS na PB
23 Grupo de Costura e Arte em Retalho Estrela do Amanhã
24 Grupo Assunção
25 Diego Lanches
26 Arte e Criação
287 Cooperativa de Buffet
28 Cooperativa Cultural Universitária – CODISMA
29 Sala Modelo
30 Sociedade Mãos Estendidas – SOME
31 Grupo de Economia Solidária Raio de Sol
32 Artesanato Divina Criação
33 Mil Art's

34 Quarteto das Artes
35 Artesanato Espaço da Criação
36 Cooperativa de Serviços Gráficos
37 Associação das Artesãs a Serviço da Vida da Pastoral Operária
38 Feira Agroecológica dos Agricul. Assentados das áreas de Ref. Agrária – ECOSUL
39 Associação de Formação Sócio-Cultural do Bairro do Novais
40 Coopde Econ. e Créd. Mútuo dos Serv. do Poder Exec. Fed. do Mun. de João Pessoa
41 Arte e Criação
42 Feira Agroecologica dos Agricultores e Agricultoras da Várzea Paraibana
43 Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis
44 Coletivo Popular de Saúde
45 Associação Santo Dias
46 ARTE EM NÓS

Fonte: Mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários - SIES 2005/2007 (elaborado pelo autor)

Com base no cadastro da DESSAN, valendo destacar que 97% dos grupos constituem-se em grupos de artesão (ãs), até o período de 2014 está registrado 58 grupos. Fazendo jus, ao que levantamos nas ações da DESSAN. Segue tabela dos EES cadastrados:

Quadro 2 - Número de EES cadastrados na DESSAN

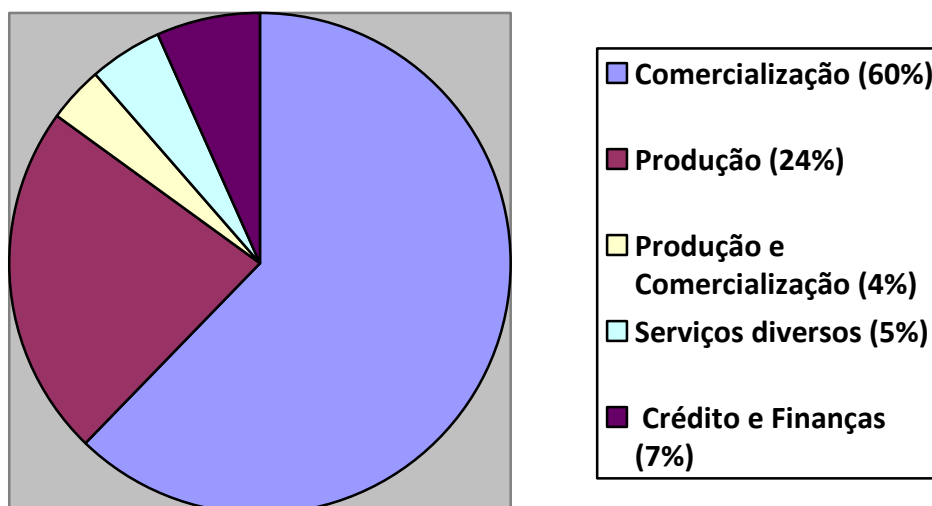
GRUPO	
1. A AÇÃO FAZ A ARTE	
2. AMIGOS DO PEITO	
3. AQUARIOS DE IDEIAS	
4. ART'S MIL	
5. ARTES DELLAS	
6. ARTE E PRODUÇÃO /CRC VALENTINA	
7. ARTE E VIDA	
8. ARTE EM COURO	
9. ARTEIRAS PARAIBANAS	
10. ARTELIE	
11. ARTE DA KASA	
12. ARTE NAS MÃOS	
13. ARTISTICO	
14. ATELIÊ DAS ARTES	38. JUNTAS VENCEREMOS
15. AUFA	39. KICREPS
16. B' GARTES	40. KRAVO E KANELA
17. BELEZA DA ARTE	41. LAÇOS DA ARTE
18. BOLOS DA JOANAIR	42. LUZ E ARTE
19. BRINCADO COM ARTE	43. MANIA DE FAZER ARTÉ
20. CASA DA ARTE	44. MÃOS DE FADA
21. CAVALCANTE BIJU E ARTES	45. MÃOS DE OURO
22. COZINHA É ARTE	46. MÃOS QUE SE JUNTAM
23. CRISPMAN MASSAS FINAS	47. NACEU PARA ARTE
24. DECOLORES	48. NEGA FULÔR
25. ELSHADAI	49. ORQUIDEA ARTES
26. ENCANTANDO COM ARTE	50. SEMENTE DA VIDA
27. ESPAÇO DA ARTE	51. SOL DO AMANHECER (TAIPA)
28. ESTRELA DA ARTE	52. SUSTENTABILIDADE (VALE DAS PAUMEIRAS)
29. ESTRELA GUIA	53. VITORIA
30. FAZENDO A DIFERENÇA	54. COOP. UNILINS (MONSENHOR MAGNO)
31. FAZENDO ARTE	55. ARTE E AÇÃO (CRC-CRISTO)
32. FLOR DE LIS (BELA VISTA)	56. MULHERES EM AÇÃO (MANDACARU)
33. FLORESCER	57. FAZENDO NOVIDADES
34. FUXIKI ARTE	58. AMIGOS NA ARTE
35. GIRASOL	
36. GUERREIRAS DA ZONA SUL (TIMBÓ)	
37. INOVAÇÃO ARTE	

Fonte: Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários da DESSAN.

Ou seja, contabilizando o mapeamento do SIES (2005/2007), que conta com 46 EES, mais os cadastrados na DESSAN que contabilizam 58, mais 6 que conseguimos identificar com a pesquisa, chegamos a um total de 110 grupos coletivos já registrados. Vale salientar que, destes Empreendimentos mapeados em 2005/2007, alguns podem ter acabado ou alterado o seu nome e está incluso no cadastro da DESSAN. A pesquisa nesse contexto, pode ser considerada como um levantamento para futuras pesquisas que podem alcançar uma maior precisão. Existe também, o fator dos empreendimentos seguirem ou não, o que consideramos como EES. Mais um caso para futuras pesquisas. Ou ainda, podem não ter se cadastrado na DESSAN (artesanato) devido as conturbações que veremos em relação ao “Fazendo Arte e Economia Solidária” que será tratado mais à frente na pesquisa. Contudo, iremos trabalhar com os números em que os entes competentes levantaram.

Conseguimos após a quantificação, identificar a quais finalidades associativas os grupos se destinam em relação a sua atividade econômica. Para tanto, entramos em contato com parcela dos grupos, e avaliamos as informações junto a DESSAN e o mapeamento. Conseguimos levantar que, 66 (60%) grupos coletivos se inserem como “comercialização”; 26 (24%) grupos como “produção”; 4 (4%) como “produção e comercialização”; 5 (5%) grupos como “serviços diversos”; e 8 (7%) como “crédito e finanças”. Segue gráfico ilustrativo:

Gráfico 6 - Caracterização dos EES no Município de João Pessoa



4.2 – Entidades de Apoio e Fomento

Antes de falarmos das principais EAFs que atuam no município e propriamente a INCUBES que vem em seguida, vamos dar destaque a um componente que fortificou essas práticas coletivas no Brasil, e não obstante, em João Pessoa, foram as Universidades com trabalhos de extensão universitária²⁰, principalmente na década de 90. A seguir, segue esse contexto com base em entrevistas realizadas com alguns atores desse contexto (2014), segundo o que foi levantando, ocorre uma mudança de comportamento nas universidades brasileiras neste período e não foi diferente na Paraíba. Depois da criação do Fórum dos Pró-Reitores em extensão no ano de 1986, que tem uma perspectiva de aproximar as universidades em um ponto de vista social das comunidades (municípios, setores produtivos) abre-se uma abertura para expansão de práticas que unem os saberes acadêmicos e os comunitários em vista da construção e aperfeiçoamento das práticas comunitárias.

Com base no Portal da Pró-reitoria de extensão e assuntos comunitários (PRAC)²¹ podemos ver que historicamente no Brasil, desde meados do século XX foram realizados projetos de extensão voltados para comunidades carentes, a exemplo do PROJETO RONDON, CRUTAC, UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA, entre outros. Porém, as atividades eram desenvolvidas, geralmente, sob uma visão assistencialista. Desde os anos 90 a UFPB tem se apresentado no cenário brasileiro como uma instituição de ensino superior que busca, por meio da extensão, caminhos e possibilidades para desenvolver programas de promoção social capazes de transformar a realidade política e social das comunidades, investindo no controle e inclusão social.

A UFPB a partir da década de 90, cria o seu primeiro programa de bolsa de extensão, que, apesar de ainda fragilizado, foram os primeiros passos. Em 1992, com o

²⁰ “Entendo a extensão universitária como uma ferramenta importantíssima para os movimentos sociais, sejam os mais singelos, sejam os mais musculosos, para promover essa aproximação entre a academia e a comunidade. Entretanto, extensão para mim também é um trabalho social útil que tem a intenção de conectar as atividades de ensino e de pesquisa.”

Fonte: <periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/extensaocidada/article/.../1356/1029de JAP Neto - 2006> acesso em 05/06/2014. Os primeiros registros oficiais sobre Extensão Universitária aparecem no Estatuto da Universidade Brasileira Decreto-Lei no 19.851, de 1931 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 4.024, de 1961, centrados na modalidade de transmissão de conhecimentos e assistência. Fonte: FORPROEX (2007)

²¹ Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/piac/enec.html> <acesso em 16/07/2014>

apoio de vários atores, esse programa se consolida e se torna carro chefe estruturante no que se trata de extensão e face da linha de ações comunitárias.

Uma das práticas de extensão que merece destaque é o “Estágio de Vivência” do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária da UFPB que deu origem ao Estágio Nacional de Extensão em Comunidades (ENEC)²². Nesse Estágio de Vivência, grupos de bolsistas se estalavam por um determinado período (15 dias, 30 dias ou mais) nas comunidades e vivenciavam a realidade local dessas, trocando experiências e trabalhando os objetivos de cada extensão.

Dentre as atividades, estavam a de dar apoio e consolidar a criação de associações e cooperativas no intuito de potencializar os trabalhadores nos seus espaços. Segundo entrevista UFPB1 *“no período que decorre os estágios de vivência a qual estamos tratando que vai de 1992 à 1998, participaram desses estágios cerca de 600 bolsistas universitários e foram atendidos diversos grupos e comunidades em várias regiões na Paraíba incluindo João Pessoa.”* Podemos dizer que essas práticas, é o embrião de vários programas e estruturas que depois se instalaram nas universidades no que se trata de extensão no contato com as comunidades. Dentre eles, vamos destacar a seguir a INCUBES²³

INCUBES

Com base em OLIVEIRA (2008) e no Portal INCUBES²⁴, a Incubadora de Empreendimentos Solidários - INCUBES está formalmente ligada à Pró Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal da Paraíba – PRAC/UFPB.

²² Surge em 2004 com a proposta de buscar alternativas de inclusão social das classes subalternas, onde estudantes de diversas áreas, através de estágios curriculares e extracurriculares, se colocam junto às comunidades na busca de identificar os problemas existentes e constroem coletivamente formas e estratégias de solução para os mesmos. Fonte: (PORTAL, PRAC)

²³ As incubadoras universitárias de empreendimentos solidários no Brasil têm se esforçado para criar uma metodologia de incubação que corresponda às demandas que as realidades impõem. O processo de incubação em um empreendimento solidário é mais que uma metodologia. É uma ação pedagógica, na medida em que, a produção do conhecimento é, ao mesmo tempo, produto e processo. Um conhecimento cuja referência está na realidade, se constitui-se de conteúdos e técnicas específicas que promovem o empoderamento das pessoas envolvidas no processo educativo, na perspectiva das transformações sociais. (ALVES, 2008, pag. 144)

²⁴ Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/incubes/> <acesso em 17/072014>

Foi criada em setembro de 2001 em um GT sobre Relações do Trabalho, mais especificamente, com um grupo de professores do Campus I em João Pessoa – capital da Paraíba e do Campus IV em Bananeiras, cidade situada no interior do estado, a 145km da capital. Desde 1999 um pequeno grupo de professores já realizava estudos, reflexões sobre a temática da produção e geração de renda nas cooperativas e associações populares. Em 2005, o grupo de Bananeira se desvencilha da INCUBES e cria a sua própria incubadora. Segundo o professor José Brendan MacDonald, um dos fundadores da INCUBES:

“Em 1999 eu li uma notícia no boletim da Rede Unitrabalho sobre as ITCPs, e isso me atraiu. Pensei comigo que isso seria uma forma de tentar autogestão. Eu fiz alguns telefonemas para outras universidades, outras áreas do país e isso foi confirmado. Então comecei a ler mais sobre o assunto. Depois eu falei com mais dois professores e formamos um grupo de cinco. Destes, três professores eram economistas um era sociólogo e o outro trabalhava muito com Sebrae, tinha sua visão muito larga. Foi em 11 de setembro de 2001, que coincidentemente, foi oficializado a INCUBES numa reunião da PRAC.” (MACDONALD. 2007 in: OLIVEIRA, 2008, pag 155)

Em sua composição, a INCUBES conta com professores, estudantes bolsistas ou voluntários, e educadores sociais. Vale destacar que, uns tem vínculo com a universidade e outros não, e, além disso, trazem para a sua composição, estudantes e outros indivíduos que fazem parte das comunidades em que a INCUBES atua. Neste sentido, de acordo com entrevista EAF1 *“esta é uma oportunidade de aproximar ainda mais a INCUBES da comunidade e ainda formar um membro desta para facilitar o trabalho de acompanhamento e fortalecimento nas comunidades.”*

Com base em OLIVEIRA (2008) com relação as atuações da INCUBES no período que corresponde à pesquisa da autora, a Incubadora procurava responder a dois tipos de demandas. Uma que eles chamam de “demanda induzida” e a outra chamada de “demanda espontânea”. A demanda induzida é quando a comunidade ou uma organização social vai até a Incubadora e propõe um tipo de trabalho conjunto, toma conhecimento da metodologia de incubação e deseja fazer parte deste processo. A demanda espontânea acontece por intermédio dos trabalhos de extensão nas palestras e cursos realizados pela universidade nas comunidades. Estas tomam conhecimento da Incubadora e quando querem discutir a questão da geração de trabalho e renda a INCUBES é convidada. E neste período, Segundo oliveira (2008), a INBUBES tinha como linhas de eixo:

- . A incubação dos empreendimentos,
- O fortalecimento do movimento de economia solidária,
- A produção do conhecimento e, formulação de políticas públicas para a economia solidária).

A INCUBES ainda mantém este tipo de relação, porém, no seu portal, vemos que, recentemente, ela passou a atuar com enfoque territorial, a partir das comunidades dos empreendimentos acompanhados, utilizando-se neste caso da tecnologia social dos Bancos Comunitários com Moedas Sociais em parceria com a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA). Mas, não só este enfoque, como veremos adiante no trabalho. Em relação as linhas de eixo após um processo de reformulação da INCUBES a partir de 2011, segundo AZEREDO, FARIA e SILVA (2012)²⁵, hoje ela busca:

- Incubação Territorial, com o instrumento dos Bancos Comunitários e Moedas Sociais;
- Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários, com a perspectiva de articulação em rede e conformação de cadeias produtivas;
- Pesquisa, Educação, formação e qualificação social e profissional em economia solidária;
- Articulação de políticas públicas no plano territorial;
- Articulação com os movimentos sociais;
- Participação e animação de redes de incubadoras na Paraíba, no Nordeste e no Brasil.

Já no campo da extensão universitária, de acordo com o seu portal, a metodologia da INCUBES pressupõe a participação engajada de estudantes bolsistas, que são protagonistas

²⁵ Incubação territorial com bancos comunitários na comunidade São Rafael AZEREDO, FARIA, M. S. e SILVA, M. V 2012, pag. 5.

nos processos de incubação e animação junto às comunidades, sob a supervisão da coordenação e equipe técnica, sendo estimulados à reflexão e teorização sobre suas experiências. A partir dessa linha, o Portal INCUBES aponta que:

“A Incubadora pretende contribuir, desta maneira, para o enfrentamento da miséria e das condições que perpetuam a subalternização de milhões de trabalhadoras e trabalhadores paraibanos e brasileiros. Envolve, em suma, a incubação de empreendimentos, dos cursos de extensão abertos à comunidade, da produção de novos saberes e conhecimentos forjados nessas relações dialógicas com as comunidades, da formação de quadros técnicos e profissionais críticos e orientados para as necessidades concretas das populações e do desenvolvimento de metodologias e tecnologias voltadas para a emancipação social.” (Portal, INCUBES)

Segundo entrevista EAF2 (2014), *“atualmente, a INCUBES trabalha com 2 projetos e um programa. E em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) Trabalha em outros projetos junto a Bancos Comunitários.”* Segue os projetos:

Projeto CNPQ

Este projeto visa o fortalecimento da INCUBES através de trabalhos desenvolvidos internamente. Está incluso: Bolsas para estudantes; compra de matérias permanentes; custeio/pesquisa.

PROGRAMA – PROEXT INCUBES

O programa busca trabalhar com foco no desenvolvimento territorial. Atuando junto a Empreendimentos Econômicos Solidários; Redes solidárias; Feiras (ECOVARZEA) e está trabalhando no desenvolvimento de uma Lanchonete instalada na UFPB, com o viés da Economia Solidária. Ainda, trabalhando em parceria com a UFBA no apoio ao desenvolvimento de Bancos Comunitários na comunidade São Rafael (Banco Jardim Botânico) e na comunidade Muçumagro (Banco Muçubank) e Empreendimentos na comunidade do Tinbó. Conta com Bolsas para estudantes, compra de materiais permanentes e custeio.

PROJETO – PROEXT INCUBES

Conta com um trabalho que busca desenvolver o território a partir de criação de Rádio Comunitária e Internet Comunitária. Junto à comunidade São Rafael.

Em um contexto de perspectivas, junto ao projeto Ações Integradas, que será tratado ao longo da pesquisa, A INCUBES vem planejando no sentido de junto a uma cooperativa,

trabalhar com cultivo de plantas medicinais no sentido de gerar produtos Fitoterápicos. Ainda, com Núcleos que desenvolvem trabalhos referentes a saúde mental.

CÁRITAS

De acordo com o portal Cáritas,²⁶ com quase 60 anos de história, nacionalmente, a Cáritas é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Está organizada em uma rede com 178 entidades-membro, 12 regionais – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Norte II (Amapá e Pará), Maranhão, Piauí, Ceará, Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e Nordeste III (Bahia e Sergipe) – e uma sede nacional. Atua em 450 municípios, sendo presença solidária junto às pessoas mais empobrecidas. No fomento às iniciativas de Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, Fundos Solidários, envolvendo jovens, mulheres, catadores(as) de materiais recicláveis, pequenos(as) agricultores(as), acampados(as) e assentados(as) de reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de riscos e afetadas por desastres socioambientais, a Cáritas valoriza e aposta em ações locais, comunitárias e territoriais, em relações solidárias em que a luta por direitos e a construção de um desenvolvimento local e solidário e sustentável caminham juntas.

A Cáritas atua na Paraíba²⁷ desde 83²⁸, um dos trabalhos que ela também desenvolvia eram os chamados “Projetos Alternativos Comunitários”²⁹ que tinha um recorte mais voltado para a assistência³⁰. Se tratando das atuações no município de João

²⁶< <http://caritas.org.br/> > acesso em 10/07/2014.

²⁷ . O público prioritário da Cáritas Arquidiocesana da Paraíba eram os setores mais excluídos da sociedade. Esses grupos normalmente não tinham condições de legalizar seus empreendimentos. Portanto eram grupos informais com pequenos projetos de produção.

²⁸ “Os movimentos sociais populares no Brasil, tiveram uma relação de muita proximidade com as igrejas especialmente com a igreja católica, pela identificação com a teologia da libertação. As Comunidades Eclesiais de Base – CEBs são expressão de uma igreja fortemente identificada com a causa dos empobrecidos. Estes foram espaços que abrigavam muitos movimentos contestatórios ao regime militar e fomentaram o surgimento de diversos movimentos sociais populares rurais e urbanos como a Cáritas. Contribuindo na formação e constituição de cooperativas e grupos de geração de trabalho e renda que podem ser consideradas sementes do que hoje é chamada de economia popular solidária” (OLIVEIRA, 2008, pag. 21)

²⁹ “Projetos Alternativos Comunitário era a nomenclatura usada na época. O termo “Empreendimentos Econômicos Solidários” foi cunhado por Luis Inácio Gaiger na década de 1990.” (OLIVEIRA, 2008, pag.23)

³⁰ “Os PACs têm sua história ligada à busca de alternativas de sobrevivência a partir de atividades produtivas e de consumo na perspectiva da organização de grupos que, solidariamente perseguem sua autonomia e dignidade e lutam contra a dependência criada pelo assistencialismo No nordeste, os pacs

Pessoa, que é o nosso foco, entrevistamos alguns atores que participam da Cáritas e identificamos suas ações e direcionamentos.

Atualmente, a Cáritas está voltada a assessoria técnica, articulação/mobilização e formação. Atuando principalmente em rede com outras entidades. A Cáritas tem uma atuação não focada em um município. Ou seja, sua ação de articulação tem dimensão estadual (não necessariamente no estado como um todo). No caso de João Pessoa, dois empreendimentos estão diretamente ligados a sua ação: ASCARE JP e CATAJAMPA os quais destacamos anteriormente, e a outros de forma indireta. Segue as linhas de atuação da Cáritas:

Assessoria aos empreendimentos: na formalização jurídica, elaboração de projetos; formação de rede de comercialização, etc.

Formação: É direcionada a vários empreendimentos no estado, com participação de dois empreendimentos de J. Pessoa (CATAJAMPA E ASCARE)

Ações de articulação/mobilização:

- Coleta de assinatura para projeto de Lei da Ecosol;
- Articulação/integração dos dois empreendimentos de economia solidaria (ASCARE –JP e CATAJAMPA) na Rede Lixo e Cidadania (além de articular/mobilizar, apoia financeiramente garantindo transporte/alimentação dos dois empreendimentos de J. Pessoa em atividades da Rede Lixo e Cidadania;
- Mobilização dos empreendimentos para participação em atividades nacional (Ex: Expocatadores, encontro nacional de mulheres catadoras, conferências, outros encontros nacionais);
- Troca de experiências com outros sujeitos coletivos ligados a ES;
- Articulação com secretarias de governo (estado ou município) para inserção de catadores/as em programas sociais;
- Articula parcerias com outros atores: ex: com órgãos públicos para destinação de resíduos as organizações de catadores/as (decreto federal 5.940);
- Participa de parcerias com outros atores para beneficiar/potencializar apoio aos empreendimentos : a Cáritas é parceira no projeto “Fortalecimento de associações de catadores de materiais recicláveis em João Pessoa/PB: tecnologia social e gestão sustentável de resíduos” – submetido e aprovado ao Programa de Extensão

surtem como alternativas diante da problemática vivenciada pela maioria da população rural, ocasionada pelos efeitos da grande seca que assolara a região no início da década de 80.” (BERTUCCI e MARINHO , 2003 pag. 15)

Universitária MEC-SESU – edital PROEXT 2015. O projeto irá beneficiar duas associações (ASCARE e Acordo Verde).

Ações ligadas ao controle social/ intervenção nas políticas:

- Representação no Conselho Municipal de Economia Popular e Solidária;
- Representação no Comitê Gestor do Projeto de Ações Integradas para economia solidária, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano (o projeto é de âmbito estadual, mas os dois empreendimentos de catadores (ASCARE e CATAJAMPA), estão contemplados, além de vários empreendimentos de artesões do município;
- Participação em Comissões Organizadoras de Conferências de ES.

Segundo a entrevista EAF3 (2014) a Cáritas se encontra com uma série de limitações e barreiras frente a importância das ações a qual ela se destina. De acordo com a entrevista EAF3:

“Um fato limitante é a inexistência de uma Cáritas Diocesana que trabalhe a temática da economia solidária. Na estrutura da Cáritas Brasileira, as Cáritas Diocesanas são entidades autônomas ligadas as dioceses, com personalidade jurídica própria e associadas à Cáritas Brasileira, também chamamos de entidade membro da Cáritas Brasileira. As ações atualmente desenvolvidas pela Cáritas no município é uma ação da Cáritas Brasileira Regional NE II (a qual responde por 04 estados: PE, AL, PB e RN). Todas as Cáritas Regionais tem a função de articular e assessorar suas entidades membros (Cáritas Diocesanas ou Ação Social Arq/Diocesana). Estas sim, tem o papel de execução direta juntos aos grupos/comunidades. Como no município de João Pessoa não existe (no momento) a Cáritas Diocesana, a regional passa a desenvolver um papel que não é seu. Além de disfunção de papeis, isso gera sobrecarga de trabalho, e incapacidade de atender as muitas demandas que lhe chega. Outro limitante é a questão financeira, o que repercute na insuficiência de pessoal contratado aqui na Paraíba (falta uma equipe interdisciplinar por exemplo). Além de limitar o apoio direto aos empreendimentos. Há muita demanda para Cáritas (considerando sua missão), mas não temos condições de responder as demandas que chegam.” (entrevista EAF3, 2014)

Rede Lixo e Cidadania

Como vimos, essa rede é estadual, e duas organizações de catadores(as) de João Pessoa participam e recebem apoio dela: CATAJAMPA e ASCARE - JP (núcleos do Bessa e Cabo Branco, sendo uma mesma associação). Segundo entrevista EAF4 (2014):

“ela surgiu da necessidade de articulação entre as organizações de catadores/as e de assessoria, visando fortalecer o movimento dos/as catadores/as, para conquista de melhores condições de trabalho e vida. É uma articulação sócio-política, formada por organizações da sociedade civil, (entre eles os catadores (as) e EAFs como a Cáritas e o Instituto Cidades) na perspectiva de: Estimular e fortalecer a organização dos catadores através do associativismo/cooperativismo na

perspectiva da economia solidaria e enquanto movimento popular; Estimular e fortalecer a atuação em rede, entre as organizações de catadores/as; Contribuir para construção de políticas públicas relacionadas à questão dos resíduos, com inserção sócio produtiva dos/as catadores/as; Promover encontros entre as organizações de catadores para integração, intercâmbio e definição de estratégias de luta; Discutir e elaborar coletivamente, apoiar, participar e/ou acompanhar projetos voltados para o fortalecimento das organizações de catadores.”

Os seus projetos são estaduais porém beneficiam os grupos de João Pessoa que fazem parte:

1) Projeto CATAFORTE I (MMNR - Cáritas Diocesana – FBB - SENAES/MTE)

1.1) Formação para 200 catadores/as (11 organizações) voltada ao fortalecimento do associativismo e cooperativismo;

1.2) Assistência técnica em Plano de Negócio, Gestão, Contabilidade e Legalização/Regularização;

1.3) Realização de 02 Encontros Estaduais;

1.4) Elaboração de 01 Plano de Logística Solidária; e

1.5) Formação para 200 catadores/as em Logística Solidária.

2) Projeto CATAFORTE II (MMNR – BNDES - FBB – PETROBRAS - SENAES/MTE)

2.1) Formação em Logística e Atuação em Rede para 03 lideranças de cada organização de catadores/as participante da Rede CATA PB;

2.2) Elaboração de 01 Plano de Atuação em Rede;

2.3) Realização de 01 Seminário;

2.4) Consolidação da Rede CATA PB

3) Elaboração e apoio ao projeto CATAFORTE III - Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias (aprovado e em andamento);

4) Elaboração e apoio, em conjunto com o Fórum de Economia Solidária, de 03 projetos - Ações Integradas (SENAES/MTE) com apresentação de demandas para fortalecimento da Rede (aprovados e em andamento)

Dentre outras entidade de grande importância na Paraíba e no Município mas que não conseguimos entrevistar são:

Instituto Marista de Solidariedade

Foi criado pelos Irmãos Maristas, da então Província Marista do Rio de Janeiro, em 1995. O IMS é uma entidade de Assistência Social, que desenvolve projetos nas áreas de assessoramento, atendimento e defesa, promoção e garantia de direitos. Aqui em João Pessoa, temos a Pastoral Marista (Colégio Marista PIO X), que voltado a ES, tem a Missão Marista de Solidariedade e Encontros de Formação. Seu campo de atuação no Município conta com diversos apoios e organização de Feiras agroecológicas e de artesãs; Assessoramento aos EES no que trata de sua formação e tem forte participação no FEES/PB.

Fundação Margarida Maria Alves

Com base nos seus documentos e nas informações que podemos encontrar no seu portal, podemos ver que a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (FDDHMMA) é uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, regida pela legislação aplicada às fundações. Foi criada como entidade juridicamente autônoma em 8 de julho de 1994, sendo sucessora do antigo Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba/João Pessoa, criado no início da década de 70.

Desde o início de sua fundação, foram definidos os objetivos de atuação da Fundação Margarida Maria Alves a qual veremos a seguir. A partir daí, foi possível desenvolver projetos que se encaixassem nas premissas que visaram, com isso, formular atividades que contribuíssem para o desenvolvimento dos grupos assistidos. E, através do desenvolvimento desses projetos, foi possível moldar os objetivos de acordo com as necessidades, sempre respeitando a Missão da entidade: fortalecer e difundir uma cultura de respeito aos direitos humanos na perspectiva dos movimentos populares e da justiça social.

Alguns dos objetivos da Fundação Margarida Maria Alves são:

I - Contribuir para a construção de uma sociedade democrática, através do fortalecimento da cidadania, do apoio e assessoria aos movimentos sociais organizados e do estímulo à implementação de políticas públicas participativas;

II – Fomentar a formação e capacitação de educadores que atuem junto aos setores populares, contribuindo para o fortalecimento do seu nível de organização e participação;

III - Disponibilizar material bibliográfico e manter serviço de documentação para utilização pelos movimentos populares e pela população em geral;

IV - Difundir e promover a defesa dos direitos humanos, contribuindo para a criação de novos direitos e denunciando todo tipo de violação desses direitos, podendo para tanto utilizar o instrumento de Ação Civil Pública e demais recursos jurídicos que sejam necessários;

V - Manter relações de intercâmbio, de cooperação e de solidariedade com entidades congêneres e firmar convênios com organizações nacionais, estrangeiras e internacionais, de direito público ou privado, visando à concretização dos objetivos fundacionais;

VI - Aplicar recursos financeiros através de projetos alternativos que visem fortalecer a organização popular;

VII - Promover a educação cidadã na perspectiva do direito humano ao trabalho e geração de renda;

Assim, desde 2000, e com vários projetos antecedentes, a Fundação elaborou seu projeto institucional/trienal “Instrumentos Legais para uma Ação Cidadã” em que traçava toda sua intervenção junto à sociedade, priorizando os grupos organizados de mulheres, moradia/solo urbano, crianças e adolescentes de comunidades empobrecidas, assistência jurídica aos EES, além de sua intervenção na proposição e fiscalização de políticas públicas.

Como exemplo dos seus projetos atuais, em 2013 iniciou as atividades do projeto “Cidade Sustentável é Cidade Legal”, coo financiado por KZE/Alemanha, que tem como objetivo auxiliar as comunidades organizadas a intervir nas políticas de garantia do direito à cidade. Também tem participações no FEES/PB.

Instituto Cidades

Surgindo em 2004, com sede em João Pessoa e Bayeux, a partir dos documentos do instituto, podemos observar que este se trata de uma instituição social que tem como missão a organização de processos de educação, mobilização e ação, junto às comunidades empobrecidas, dando ênfase ao fomento para atividades que promovem o desenvolvimento sustentável, em suas dimensões: cultural, social, produtiva e ambiental. O Instituto sempre teve grande participação no FEES/PB. Atualmente é um dos que se afastaram.

Através do seu acervo, conseguimos levantar alguns dos seu Projetos:

Projeto em parceria com a Rede Lixo e Cidadania (2010-2012):

Como vimos, rede reúne grupos de catadores de materiais recicláveis e organizações que atuam no apoio e no assessoramento aos grupos (associações e cooperativas). O papel institucional do Cidades consiste na realização de atividades de assessoramento técnico e pedagógico aos empreendimentos.

Rede de Educadores em Economia Solidária (2009-2012):

O objetivo é organizar uma Rede de Formadores em economia solidária. O Cidades participa do projeto na condição de entidade coparticipante do Centro, em parceria com a INCUBACOOP da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Feiras de Economia Solidária (2011)

No ano de 2011 a instituição captou recursos junto ao Fundo Nacional de Solidariedade (CNBB) para organizar feiras regionais de economia solidária. Antes dessa ação o instituto já havia organizado duas grandes feiras estaduais de economia solidária, em João Pessoa (2006) e em Campina Grande(2007). Com o desenvolvimento das atividades o Cidades vem dotando o Fórum Estadual de Economia Solidária de equipamentos para dar continuidade a organização das feiras.

Podemos constar ainda outras entidades de importância e que estão inclusas nessa construção de apoio a ES: AMAZONA, ADS/CUT, UNITRABALHO e Comissão Pastoral da Terra (CPT)

4.3 - 3º Categoria: Auto Organização Política – FEES/PB

Em 2003, pouco depois da criação do FBES, surge no estado da Paraíba, e vale salientar, um dos primeiros do Brasil, o mais importante espaço para dialogo e uma espécie de “interseção de várias linhas” que representa os vários segmentos da economia solidária para compor o seu espaço. Ou seja, nasce o Fórum Estadual de Economia Solidária do Estado da Paraíba (FEES/PB) Segundo entrevista FEES/PB1, *“o fórum nasce e é o primeiro passo na perspectiva de se pensar as políticas públicas de economia solidária e abrir diálogos sobre as necessidades das redes no Estado.”* De acordo com OLIVEIRA

(2008), a primeira plenária do FEES aconteceu em João Pessoa em junho de 2003. A plenária foi organizada pelas seguintes entidades de fomento: Cáritas Arquidiocesana da Paraíba, Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba - INCUBES-PB, Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS/CUT e diversos grupos de economia solidária. Até então, as organizações que trabalhavam com a temática, tinham realizado algumas atividades formativas em conjunto, porém, o forte da ação era o público com quem cada entidade trabalhava.

OLIVEIRA (2008), no FEES-PB, é fundamental para a implementação de uma outra economia, o desenvolvimento local sustentável, a valorização das potencialidades locais e a articulação entre os diversos segmentos sociais. Por isso, organizou-se estruturalmente de forma a facilitar a implementação dessa estratégia. Ele está organizado em quatro regionais. A região da zona da mata que compreende o litoral e a região metropolitana; a região do agreste, a região do cariri e a região do sertão. O regional que incide em João Pessoa é o zona da mata.

Se tratando do fórum regional da Zona da Mata, depois de fazer um levantamento com coordenadores, gestores, dentre outros participantes do FEES/PB, podemos notar que a história do fórum até hoje viveu um ciclo de altos e baixos. Até o ano de 2011, mesmo com a alta rotatividade que existe/existiu no fórum, ele se manteve bem articulado e boa parte das ações que aconteceram no município, ele estava presente e atuando de alguma forma. A representatividade no fórum também era forte. Muitos empreendimentos buscavam participar e o número de entidades também era maior. De cerca de 40 representantes entre EAFs (minorias) e EES, hoje se encontra uma faixa de 20 representantes.

De acordo com o diálogo entre os atores desse universo, um dos principais motivos para a perda de força do fórum foram questões de divergência e falta de entendimento nas conduções do mesmo. Nesse contexto, segundo entrevista EES7 (2014) “*divergências entre os próprios EES no que se trata de conflitos de espaço*”. Ou seja, uma busca de favorecimentos. Um outro fator, que podemos concluir como resultante deste

enfraquecimento, é a própria questão da rotatividade de atores no Fórum. Segundo o diálogo com alguns atores, isso acabou desconstruindo um corpo de planejamento e ideias que vão se construindo durante o tempo. E ainda, foi levantando que havia uma centralização na coordenação, o que pode ter facilitado os canais de divergências. Podemos notar, que ainda falta uma maior organização ou reflexão em relação ao que se quer com a Economia Solidária, ou, que essas redes assim como outras, estão sujeitas a conflitos de poder, em que, se não forem revistos e bem trabalhados esses detalhes, podem inviabilizar o que entendemos como Economia Solidária. Como lidar com a competição nesse meio?

Através de pesquisas em documentos do FEES/PB, e diálogos com alguns atores que participam do fórum, conseguimos reunir importantes considerações que regem o seu regime interno:

Primeiramente, o FEES/PB deve seguir a Carta de Princípios do FBES no que se refere aos seus objetivos. O fórum Estadual tem caráter consultivo, propositivo e formativo, com a colaboração das representações de EES, de EAFs e da rede de gestores públicos em economia solidária no processo de discussão, elaboração e implementação de políticas públicas de incentivo à economia solidária.

DA CONSTITUIÇÃO:

O FEES/PB é constituído por representantes dos segmentos que compõem a economia solidária, obedecendo a seguinte proporcionalidade: 2/3 de EES e redes formadas por EES; 1/3 EAFs, e 1 representante da Rede Estadual de Gestores Públicos.

O FEES/PB é constituído das seguintes instâncias:

a) Encontro Estadual – é a instância soberana do FEES/PB realizada uma vez a cada ano, com a participação dos/as representantes dos segmentos que compõem o fórum, objetivando a tomada das suas resoluções estratégicas, avaliar o período anterior e planejar ações futuras;

b) Plenárias Estaduais e Regionais - são encontros periódicos realizados pelo FEES/PB, a partir das resoluções tomadas no Encontro Estadual com a participação dos/as representantes que compõem o fórum, objetivando debater assuntos de interesse do fórum

e compartilhar encaminhamentos consensuados ou decididos pela maioria dos seus integrantes;

d) Coordenação – é a instância executiva do FEES composta por representantes escolhidos no Encontro Estadual, com a missão de acompanhar o funcionamento dos grupos de trabalho e representar o fórum frente a outros espaços de organização da sociedade;

e) Grupos de Trabalho – são grupos temáticos permanentes, aqueles que têm o objetivo de organizar atividades específicas, seguindo as deliberações do Encontro Estadual, e/ou temporários, seguindo as deliberações das Planárias, sempre que se fizer necessário.

DAS PLENÁRIAS ESTADUAIS

As Plenárias Estaduais são realizadas ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente, sempre que necessário. Compete a Plenária Estadual debater assuntos de interesses relativos ao Movimento da Economia Solidária; analisar e aprovar trabalhos da coordenação; dialogar com as demandas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

As reuniões do Fórum da zona da mata acontecem na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) localizada em João Pessoa. De acordo com o que está estabelecido no regimento interno do FEES/PB. Vale destacar que o SRTE também se constitui em uma forma de apoio a ES no município. No que se trata de materiais didáticos e de divulgação.

4.4 – 4º Categoria: Institucionalidade Pública – DESSAN, SEPPM, CMEPS

Em 2005, temos a abertura do espaço institucional da Economia Solidária na prefeitura municipal de João Pessoa, que foi fruto de uma articulação do FEES/PB com o prefeito então eleito, dessa forma, foi instalada a Diretoria de Trabalho, Renda e Economia Solidária, a DIRECOSOL (atual DESSAN).

O texto a seguir é com base nos depoimentos e trabalhos de pesquisa de Ana Regina (2014),³¹ atores do movimento e alguns gestores(a) que passaram e estão na DESSAN. E ainda, iremos relacionar no contexto o grupo “Fazendo Arte e Economia Solidária” que, apesar da interessante iniciativa, acabou não se consolidando.

³¹ Artesã, já foi coordenadora do FEES/PB e do FBES. (autor)

A DIRECOSOL foi instituída no espaço institucional da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), com implementação de ações que favoreçam a geração de trabalho e renda com a perspectiva de difundir a Economia Solidária. Segundo o gestor1:

“De 2005 a 2008 tinha como “direcionamento de estratégias de implantação de políticas de qualificação para o trabalho, segurança alimentar, incubação de empreendimentos solidários, acompanhamento dos grupos de produção a partir de programas de créditos como o empreender – JP, e outros grupos de produção”,

Neste período, houve a perspectiva de inclusão também do Banco Comunitário São Jose nas ações da Economia Solidária que pretendia fortalecer as iniciativas de produção local, de difundir as experiências para a ampliação desta produção, sensibilização para o consumo local, a disseminação de uma moeda social com um fundo de mini crédito popular que garantisse a população em alto grau de vulnerabilidade social o acesso a produtos e serviços de necessidades básicas visando o desenvolvimento local. Já que a lógica é a moeda social circular na comunidade. Os objetivos gerais da DIRECOSOL no seu início;

- Contribuir para a geração de trabalho e renda por meio de iniciativas coletivas locais, favorecendo a distribuição de renda do município;
- Contribuir para a manutenção de postos de trabalho, que estejam sendo gerados por iniciativas locais;
- Motivar emancipação de beneficiários dos programas de transferência de renda e de complementação alimentar;
- Promover formação e qualificação na perspectiva de gerar trabalho e renda e para empreendimentos de economia solidária;
- Articular parcerias e convênios com fóruns, articulações em redes e organismos que interagem com as práticas de economia solidária;
- Realizar interfaces entre os programas da SEDES e secretarias municipais da PMJP na perspectiva de geração de trabalho, renda e Economia Solidária.

Diante do contexto acima, com as prerrogativas de organização, desenvolvimento, geração trabalho e renda inicia-se ainda no ano de 2005, ações de assessoramento e acompanhamento que privilegiou o grupo de artesãos (ãs) nas áreas de confecções, produção de alimento e trabalhos domésticos e comerciantes informais. O início deste apoio foi através de um cadastro já existente da gestão anterior, com os quais se realizaram contatos e articularam-se reuniões por regionais de bairros, para discutir sobre propostas de ações da Prefeitura para essa categoria. A principal reivindicação apresentada foi à implementação de espaços na cidade de João Pessoa para comercialização de seus produtos. Segue depoimento dos artesãos (ãs) no trabalho desenvolvido por DUBEUX, MEDEIROS, VILAÇA e SANTOS (2012)³²:

“Somos um grupo de artesãs(aos) que trabalha com diferentes tipos de arte e vivemos em João Pessoa onde existem muitas associações de bairros, centros sociais, clubes de mães e movimentos sociais (para se ter uma ideia, em 2004 havia perto de 50 associações). Antes de criarmos o grupo, reuníamos-nos para aprender e ensinar técnicas artesanais herdadas de nossas avós e mães trazendo assim um acervo da cultura paraibana. Mas, tínhamos uma prática individual na produção de peças artesanais, na gastronomia e na agricultura. Nossa história se inicia a partir da Prefeitura de João Pessoa (PMJP), por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), precisamente da Diretoria de Trabalho, Renda e Economia Solidária (Direcosol) Que promoveu uma ação de geração de trabalho, renda e inclusão social na perspectiva da Economia Solidária. Para isso, iniciou articulações reunindo grupos e associações de artesãos nos bairros de João Pessoa e da Zona da Mata da Paraíba, cujo primeiro encontro de artesãos e agricultores familiares contou com um grande número de pessoas sendo 98,66% mulheres de mais de 25 associações e vindas de 47 bairros de João Pessoa. Expusemos nossos problemas e a SEDES, sensibilizada, abraçou nossa principal causa: a luta por um espaço coletivo de comercialização. Nessa reunião foi decidido que o ideal seria criar um coletivo. Assim criamos uma comissão com 13 pessoas para contribuir com a organização do grupo, que deveria ter reuniões periódicas mensais no Centro Administrativo Municipal de João Pessoa. Realizamos um cadastro com cerca de 500 pessoas (produtores individuais, artesãs(aos) individuais e em grupos de produção) para organizar a inscrição dos participantes no grupo com o objetivo de comercializar. Esses inscritos receberam formação sobre a prática de comercialização coletiva nos princípios da economia solidária. Desse processo se originou o “Fazendo Arte e Economia Solidária”, em 2005, com troca de ideias na construção de uma experiência autogestionária de comercialização direta de empreendimentos solidários na perspectiva de outro mundo possível.”

Esta articulação de artesãos (ãs) em movimento foi denominada como podemos ver acima de “Fazendo Arte e Economia Solidária”. Na assessoria a esse processo constata-se nas suas experiências elementos da Economia Solidária, como a priorização dos valores humanos, a prática de relações éticas de produção e de comercialização. Essa articulação

³² A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NO CHÃO DE TRABALHO E DA VIDA NO NORDESTE (2012, pag. 168)

apresentou algumas necessidades de resoluções imediatas como: a formação para a comercialização de seus produtos, gerenciamento básico e capacitação para, como as técnicas de habilidade para o artesanato ou trabalhos manuais e de fortalecer espaços para comercialização de seus produtos.

Em 2006/2007, é implantado projeto³³ aprovado pela SENAES para desenvolvimento da Economia Solidária, junto ao grupo, no qual seriam oferecidas 30 oficinas e 5 encontros regionais de formação de Economia Solidária, que em função de negociações internas entre a gestão pública e a coordenação tanto da gestão pública quanto dos empreendimentos, não acontecem, os recursos foram transferidos da formação para estrutura de comercialização. A INCUBES estava envolvida nesse contexto buscando trabalhar a formação dos participantes do grupo. Segundo entrevista EES8 (2014) *“as ações da INCUBES não conseguiam contemplar todos, eles deveriam ter feito um estudo prévio e organizar melhor as demandas que iriam ser atendidas”* Pode-se identificar uma falta de organização prévia, como já discutido, em que as ações se dão em um contexto que não passa por uma programação conjunta. Ou seja, podemos notar que a relação entre as categorias envolvidas não se articularam bem antes de executar as ações.

O grupo em três anos, (2005/2008) tem alta rotatividade, a maioria compareciam na assembleia na primeira vez, dificilmente retornavam, e boa parte dos demais, não conseguiam se manter nas discussões e o corporativismo afastava-os segundo a maioria *“os pacotes”* vem prontos, e ou a gente aceita ou vai embora. Ou seja, retomamos a questão que foi discutida no FEES/PB, no que concerne a centralização de coordenação.

Em 2008, a reeleição do prefeito, no ano de 2009 há exoneração do Diretor da Direcosol, o grupo fica relativamente desestruturado nessa época, as feiras são reduzidas, mesmo com a estrutura para comercialização o grupo não consegue se auto organizar, o apoio da logística é dificultada, e mesmo com a interferência do FEES com o intuito de preservar a estabilidade das ações da diretoria voltada a esse grupo, somente a Segurança alimentar tem continuidade, como perspectiva de Economia Solidária.

³³ A decisão publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 28 de dezembro de 2006, seção III, página 200, irá beneficiar 450 artesãos localizados em 25 bairros da Capital, proporcionando espaços de formação para o aprofundamento sobre os elementos da prática de comercialização coletiva, considerando os princípios da Economia Solidária, e ainda qualificando as habilidades para o artesanato e trabalhos manuais com vistas à realização de feiras itinerantes e fixas, viagens de intercâmbio para a troca de experiências e exposição em eventos regionais e nacionais. Fonte: notícia veiculada no portal FEES/PB em 2007.

O grupo passou por dificuldades e acabou caindo em desestímulo devido as ações não continuadas, como da realização de feiras, houve evasão dos participantes e a prefeitura passa a apoiar somente as feiras de datas comemorativas, (São João, Festa da Padroeira). No ano de 2010, um pequeno grupo, resolve dar continuidade na busca por reestruturação do grupo, é feito o recadastramento, o grupo que teve cadastrado aproximadamente 500 integrantes, em 2010 se resume a cerca de 27 pessoas. Dentro desse contexto, ao questionar o secretário da SEDES na época, entrevista gestor3 (2014), em relação à ES no município, as ações e as políticas que criam uma situação de dependência versus auto sustentabilidade dos EES, entrevista gestor3 (2014) afirma:

“Tínhamos ações pontuais e algumas tentativas, mas não tivemos uma ação mais efetiva, como tivemos na área de segurança alimentar. Na verdade, a mesma diretoria cuidava das duas coisas. Mas, podemos incluir no fomento às políticas de Economia Solidária, o Centro de Formação Maria de Nazaré e a unidade de confecções do Alto do Mateus. Também criamos o projeto Cidade Solidária que realizava feiras de artesanato na praia e nos bairros, a partir de uma lona de circo. Me parece que esse projeto ainda continua. Fiquei um ano e meio na SEDES, saindo em dezembro de 2010. Na verdade, acho que deveria ter no contexto uma diretoria específica para trabalhar com a economia solidária. Quando cheguei lá, as ações estavam quase extintas. O anterior gestor, que trabalhou lá, encaminhou melhor as coisas. Não tínhamos quadros para trabalhar essa dependência e em cada ação, parecia que estávamos fomentando a dependência. Essa era uma autocrítica que eu mesmo fazia na época.” (entrevista concedida, 2014)

Segundo entrevista gestor4 (2014), mesmo com uma alta rotatividade de diretores até 2013 nesse período a diretoria buscou através da Inclusão Produtiva, Segurança Alimentar, das cozinhas comunitárias, reciclagem do lixo e apoiando os grupos de artesãos em feiras, trabalhar na perspectiva Econômica e Solidária. Trabalhando também com Unidades de Inclusão Social e Produtiva que já vinham acontecendo nas gestões anteriores a qual vamos tratar nas atuais ações da DESSAN.

Segundo entrevista Gestor5 (2014) desde 2013, quando a DIRECOSOL passa a denominar-se DESSAN, suas ações mais intensas giram em torno de apoio aos grupos que estão no seu cadastro, que contam em sua maioria, como já visto, com artesãos (ãs). Um apoio voltado a organização de feiras, palestras e cursos.

Segundo entrevista Gestor5 (2014) Uma importante mudança na DESSAN, está relacionada com uma nova estratégia que tem como foco, aliar a economia solidária a

Segurança Alimentar e vice versa. Neste sentido, a DESSAN vem trabalhando em fase de processo na formação de grupos em Cozinhas Comunitárias. Oferecendo capacitação e incentivo a se manterem juntos buscando a geração de trabalho e renda.

Outro foco atual se dá através das Unidades de Inclusão Social e Produtiva contando com 4 unidades: Centro de Referência de Inclusão Social e Produtiva (CRIS) Maria de Nazaré (CRISPAN) Voltado para construção civil, Panificação, cursos de informática dentre outros; O CRIS do Alto do Mateus com cursos na área de Vestuário. Que conta com um grupo coletivo de corte e costura desde o seu início; Outra unidade que trata de Marcenaria com projetos de elaboração de brinquedos educativos. E junto a isso, buscando forma-los através de cursos de ES e incentivando para que trabalhem em coletivo; Outra unidade trata-se de uma lavanderia comunitária (não tem contato com a ES).

Como podemos notar, a atual gestão da DESSAN trabalha no sentido de ampliar suas ações com novas perspectivas. Segundo a entrevista gestor5 (2014) *“Nós ficamos por muito tempo presos a trabalhar só com o artesanato, temos que pensar nos outros segmentos para ampliar nossa atuação na ES”* Ainda afirma que *“Antes de tudo, temos que pensar em dar formação/capacitação a esses grupos antes de sua criação, pois forma-los como coletivos sem uma prévia formação, acabam se tornando grupos artificiais”*.

Um outro programa que está vinculado à Secretaria de Trabalho, Produção e Renda (STPR), é o Programa - João Pessoa Artesã (JPA). Em sua descrição, o programa JPA que nasce em 2013, busca resgatar a identidade cultural do artista pessoense, além de contribuir para melhorar a situação econômica e social dos artesãos de João Pessoa e estimular a formação de atividade economicamente sustentável, gerando emprego e renda a partir das artes produzidas por cidadãos criativos e qualificados. Uma característica que o marca, é que o programa trabalha em um sentido de intersetorialidade, ou seja, em um trabalho conjunto com a SEPPM, DESSAN, Banco Cidadão, e a Secretaria de Turismo.

Outra criação que merece destaque é o Empreender –JP (atual Banco Cidadão desde 2013), criado em 11 de abril de 2005 pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Produção -SEDESP que, apesar de não ser voltado diretamente para a ES, ele constitui-se na principal fonte de crédito dos empreendimentos de pessoas com baixa renda. E faz parte da realidade de boa parte dos EES de João Pessoa. O Banco Cidadão, além de outros

questões, age em parceria com os entes públicos que trabalham em prol da ES no Município, buscando apoiar através de linhas de crédito.

Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPM)

Outra importante implementação é a SEPPM, que é um organismo da Prefeitura Municipal de João Pessoa, criada pela Lei 11.902, de 29 de março de 2010, alterando a Lei 10.429, de 14 de fevereiro de 2005, que criou a Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres. Em sua organização, possui orçamento próprio e uma estrutura de cargos comissionados que atua em cinco áreas de vulnerabilidade que ameaçam a qualidade de vida e a autonomia das mulheres: Educação Inclusiva e Não Sexista; Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Trabalho e enfrentamento a Pobreza; Enfrentamento a Violência contra a Mulher e Comunicação, Cultura e Mídia.

Desde sua origem, a Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres apesar das dificuldades, constituiu-se num espaço estratégico de incentivo aos demais órgãos municipais no compromisso de avançar na cidadania e contribuir para a mudança de mentalidades, visando ainda reforçar a relação entre o poder público, ou seja, o governo municipal, e as representações populares (movimentos de mulheres e feministas) para a construção de uma sociedade justa e igualitária. A coordenadoria que se aproxima em esforços junto a ES é a de Trabalho e enfrentamento a Pobreza. Que se fortifica nessa perspectiva principalmente depois de se tornar a SEPPM.

Segundo entrevista gestor6 (2014) dentre suas ações voltadas para a ES, que se voltam principalmente para as mulheres e que partem da Coordenação de Trabalho e Enfrentamento a Pobreza, são as seguintes:

Projeto “mulheres, Cores e Flores”

A partir da entrevista gestor4 (2014) e do portal da Prefeitura de João Pessoa, identificamos que o “Mulheres, Cores e Flores” reúne ações de responsabilidade social e ambiental através da jardinagem e conta com o apoio das secretarias municipais de Meio Ambiente (Semam) e Desenvolvimento Urbano (Sedurb) e da Superintendência de Mobilidade Urbana (Emlur). Em meio a oficinas e cursos, o projeto prevê o reaproveitamento de pneus descartados e o cultivo de flores que serão utilizados nos

jardins da Praça Pedro Américo, no Centro de João Pessoa. O projeto da SEPPM conta com a associação CATAJAMPA, mulheres do Movimento de Luta pela Moradia, da Associação das Prostitutas da Paraíba (Apros), e mulheres de religião matriz africana.

A partir da entrevista gestor6 (2014) identificamos outras ações que giram em torno de parcerias com a UFPB, onde buscam apoiar através da extensão, a formação dos grupos de artesãs na utilização da contabilidade, custos de produção e tomada de decisão.

Conselho Municipal de Economia Popular e Solidária (CMEPS)

Não cabe nesta pesquisa apontar ações e articulações do conselho. Pois este, apesar de ter sido aprovado por lei em 2010, só em 2013 começou a ser organizado, e, até o momento, só conta com algumas reuniões e participações em discussões como a introdução da ES no Plano Plurianual (PPA) para o período 2014/2017. Ou seja, está em efetiva atividade a partir do presente ano.

Os primeiros passos formais para a criação do Conselho, se dá com a criação do seu projeto de lei em março de 2009. Em 2010, o projeto é aprovado com a lei 1.686, de 16 de fevereiro de 2010 que cria o Conselho Municipal de Economia Popular e Solidária (CMPES). Após consulta a sua lei, separamos os artigos que vemos como os de maior importância:

Art. 1º O conselho tem a finalidade de apoiar, no âmbito do município de João Pessoa iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda organizadas com base autogestão, cooperação e solidariedade.

Art. 2º O conselho será um órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), com autonomia administrativa e financeira de caráter propositivo, deliberativo, consultivo e fiscalizador.

Art. 3º compete ao conselho propor, acompanhar, deliberar ações de políticas públicas, obedecendo aos princípios da Economia Solidária. Fortalecendo as orientações do Fórum de Economia Solidária. Desde o nível local ao nacional.

Art.4º O conselho será composto de forma paritária, por 10 membros, com mandato bienal admitindo-se uma recondução por mesmo período.

Art. 6º Da composição

I Representação Governamental: 5 representantes e 5 suplentes

II Representação não Governamental: 5 representantes e 5 suplentes

Todos sendo nomeados pelo Prefeito do Município de João Pessoa.

Art. 10º A função de conselheiro (a) não será remunerado.

Art. 14º As dotações destinadas ao conselho serão, anualmente, incluídas no orçamento do Município.

Art 15º A estrutura, atribuições e funcionamento do CMEPS, serão disciplinadas pelo regime interno a ser elaborado e aprovado pelo conselho. Respeitadas todas as diretrizes estabelecidas para a Economia Solidária na busca de uma sociedade mais justa e solidária.

Após entrevistas com alguns representantes de EES, EAFs e depoimento de participantes do FEES, questionando-os sobre o processo de construção das diretrizes que viriam a culminar no projeto de lei do CMEPS, concluímos que a criação desta lei, se deu “de cima para baixo”, ou seja, no seu processo de formulação e implementação, não houve um diálogo ampliado com a “base”. Nem o próprio FEES foi chamado para dialogar/construir conjuntamente essa importante iniciativa. A partir disso, podemos associar a uma justificativa para a “lacuna temporal” que se deu desde a promulgação de sua lei, até o momento em que, de fato, passou o conselho a estar efetivo e atuante. Todavia, não podemos esquecer que a criação deste conselho, apesar das contradições, é um marco importantíssimo na construção de um espaço que irá buscar fomentar, dialogar e lutar pelo movimento da Economia Solidária e sua Política Pública.

Projeto de Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária

Apesar de estar em um processo embrionário de execução e ser Estadual, vale destacar o Projeto de Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária para o Desenvolvimento Local e Territorial Visando a Superação da Extrema Pobreza no Estado da Paraíba. A proposta de projeto veio a partir de 2011, e junto a SENAES, conseguiu ser aprovado contabilizando um vulto de R\$2 milhões de reais visando o apoio e desenvolvimento da ES na Paraíba. Executado sob a responsabilidade da Secretaria de

Estado do Desenvolvimento Humano - SEDH, com o apoio institucional de outras secretarias. Já das organizações não governamentais, está envolvido o Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba, INCUBES/UFPB, Rede Lixo e Cidadania e Articulação do Semiárido Paraibano.

Em consulta ao projeto junto a SEDH, vemos que suas ações estão organizadas a partir de cinco eixos centrais estratégicos, que são: 1.fortalecimento das Redes de Cooperação Econômicas Solidárias; 2.apoio às iniciativas de finanças solidárias, nomeadamente às experiências de Fundos Rotativos Solidários e Bancos Comunitários; 3.constituição de espaços de comercialização solidários; 4.realização de atividades sistemáticas de formação e qualificação social e profissional com os trabalhadores e trabalhadoras que integram os Empreendimentos Econômicos Solidários; 5. Fortalecimento da institucionalidade das políticas públicas de economia solidária, através da constituição de Centros Públicos de Economia Solidária e Casas de Economia Solidária.

Em consulta ao Portal do Governo do Estado da Paraíba³⁴, constatou-se que o Governo do Estado, por meio da SEDH, já instalou o Comitê Gestor Estadual do Projeto de Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária (Caies). Com o objetivo de acompanhar, propor e avaliar a execução do Projeto de Promoção de Ações Estaduais Integradas de Economia Solidária. Segundo o gerente de Apoio a Programas Governamentais, o programa contempla a instalação de Casas de Economia Solidária e Centro Público de Economia Solidária, assim como a realização dos investimentos nas formações e assessoramento técnico dos empreendimentos beneficiados e o fortalecimento das finanças solidárias como forma de consolidar uma economia baseada nos princípios da autogestão e cooperativismo sustentável. As ações vão se dividir por territórios, na Zona da Mata onde se encontra o Município de João Pessoa, vão ser contemplados os seguintes Municípios: João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, Lucena, Conde, Mari, Sapé, Pitimbu, Mamanguape, Cabedelo, Marcação e Araçagi.

³⁴ Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/74567/governo-do-estado-instala-comite-para-acompanhar-projeto-de-economia-solidaria.html>> Acesso em 18/07/2014

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de toda a apresentação e discussões que inserimos nesta pesquisa, tanto na visão geral da ES e sua política, quanto o que trabalhamos em João Pessoa, podemos notar que apesar dos esforços, estamos caminhando em meio a muitos desafios antes de chegarmos a um processo estável de maturidade da ES e dos componentes que a acompanham. Isso pode ser justificado na ideia de que a ES da forma que vem sendo trabalhada, é recente, e ainda há muitos desencontros e diversos entendimentos da lógica a que se propôs esta forma econômica solidária que une pessoas para propósitos semelhantes.

Podemos ver nas falas e discussões que levantamos em João Pessoa, que muito se assemelha com os avanços e dificuldades dessa política em todo o Brasil. Vemos um aumento da sensibilização dos atores políticos, expansão de atores, esforços de articulações entre os vários segmentos da ES e expansão de criações buscando apoiar essa prática. Todavia, fica latente a carência de uma estratégia que conduza os atores de apoio da ES, pensarem quando entrar no contexto, e quando sair, deixando os EES se auto conduzirem. Talvez, uma solução, seria o abandono do imediatismo, um abandono do se esforçar às cegas, buscar antes de qualquer ação, uma construção coletiva para formar coletivos, em que todos participem do processo, e todos entendam o que se quer, e para onde querem ir. Assim lembrando, o que vimos no pensar sobre as políticas públicas.

Podemos relacionar a disfunção nesse processo, com o motivo para a criação dos EES. Nas falas dos entrevistados e diálogos com os demais atores no município, podemos identificar que o apoio externo torna-se foco principal, em vez de estarem inseridos nas demais ideias que compreendem a lógica de atuar na ES. Ou seja, a relação entre os EES, e os atores que buscam incentivar o trabalho coletivo solidário, certamente não estão passando por uma construção prévia do real significado de prover e manter os EES. Os indivíduos se juntam para angariar apoio, e o poder público reproduz assistência externa em vez de um ideal de fortalecimento interno dos EES a partir do trabalho coletivo dos associados.

Outro desafio que podemos levantar em João Pessoa, é revigorar a força do FEES/PB na zona da mata. Vimos que ele vem enfraquecendo em representatividade diante das

problemáticas levantadas. Ele precisa se reerguer com um novo projeto que possibilite um desenvolvimento sustentável, com maior força dos seus representantes no que diz respeito a reivindicações frente as ações não satisfatórias do poder público e antes de tudo, fugir de mecanismos que trabalhem uma economia solidaria “pré-moldada”, sendo recortada de uma realidade para outra, ou seja, de fora. Deve-se, pensar a economia solidária como “endêmica” ou seja, originada a partir da realidade de uma comunidade ou grupo. Um projeto que dentro de suas possibilidades, possa englobar de forma conjunta, as ansiedades e perspectivas de todos os envolvidos seguindo o rumo da Economia Solidária. Essa proposta demanda longo trabalho de aperfeiçoamento e aprendizado, continuidade e clareza, e principalmente, solidariedade e ideias conjuntas na medida do possível entre as categorias. Pois vimos no decorrer da pesquisa, o quanto estas se relacionam. E podemos definir, que no Município de João Pessoa, depois do que foi apresentado, que vivemos ainda uma perspectiva de alcançar esse objetivo.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA e CORDEIRO, Ângela. Sistema de seguridade da semente da paixão: estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semi-árido. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001

APPIO, Eduardo. *Controle judicial das políticas públicas no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2005, p. 136

BARBOSA, Rosângela Nais de Carvalho. A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. Tese de Doutorado em Serviço Social Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2005.

CATTANI, A. D. et al. (Coord.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, SA, 2009, p. 224-230.

CONAESII, relatório <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000013731C8C25D7CEE/II_coanes_documento_final.pdf> acessado em: 7/10/2013

DI GIOVANNI, G. *As estruturas elementares das políticas públicas*. Campinas, SP: NEPP/UNICAMP, 2009. (Caderno de Pesquisa, 82).

Diretrizes para Políticas Públicas de Economia Solidária: *A contribuição dos Gestores Públicos*. Rio de Janeiro : ITCP/COPPE/UFRJ, 2004.

Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento – *Algumas contribuições da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária Para Reflexões*. Disponível em: <file:///C:/Users/oscar/Downloads/Rede_de_Gestores_Concepcoes_Politicolas_Contribuicoes_IV_Plenaria.pdf> acesso em 12/06/2014.

FRANÇA FILHO G.C. – *Teoria e prática em economia solidária: problemática...* Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 7, n. 1, jan.-jun. 2007

FRANÇA FILHO, G. C. de; CUNHA, E. V. da. Incubação de Redes de Economia Solidária. In: GAIGER, Luis Inácio. *Empreendimentos econômicos solidários* In: CATTANI, Antônio. (Org.) *A outra economia*. Editora Veraz. Porto Alegre, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio, *Empreendimento econômico solidário*. Dicionário Internacional da Outra Economia. Almedina, 2009.p. 181

GAIGER, *Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas*. Almedina, 2011.p.79 -109.

ITCP. Rio de Janeiro, *Rede de gestores*. disponível: <www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_gestores/> acessado em: 13/11/2013

MUNARIM, Aquiles, *Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES: Superação do Capitalismo?* Monografia, 2007, pag 21.

Relatórios FEES. disponível em: <http://feesp.blogspot.com.br/p/documentos_23.html relatório 17/06/2011> acessado em: 22/11/2013

ROCHA, vanessa. *Política Pública de resíduos e o trabalho associativo dos catadores de material reciclável*. 2012, pag. 24.

SCHIOCHET, Walmor. *Políticas públicas*. Dicionário Internacional da Outra Economia. Almedina, 2009.p. 268

SENAES, Empreendimentos econômicos Solidários: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/os-empreendimentos-economicos-solidarios.htm> > (Portal MTE.) acessado em 15/10/ 2013

SENAES. Economia Solidária. <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria/>> (Portal MTE.) acessado em: 18/10/2013

SENAES.IICONAES.<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000013731CC348D10DD/II_conaes_moco.es.pdf> (Portal MTE.) acessado em: 20/10/2013

Silva *Economia Solidária* 2010 Disponível em: <http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1080> acesso em 16/07/2014

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (orgs.) *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000, pag. 67.

SINGER, Paul. Introdução a Economia Solidária. Perseu Abramo. Economia Nacional, 2002.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez. 2006

ZANFRA, M. K. *Movimento De Economia Solidária: a Perspectiva dos(as) Assistentes Sociais*. 2007. 83 f. Dissertação (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

APÊNDICE

Perguntas bases para as entrevistas por categorias:

1° EES

- 1 - Como e qual foi o motivo para a formalização do seu grupo coletivo?
- 2 - Quais os apoios? Foram positivos? Pontos negativos?
- 3 - No seu entendimento, o que está faltando para que seu empreendimento possa avançar? Maior organização? Melhores políticas?
- 4- Já recebeu formação em Economia Solidária? O seu ambiente de trabalho segue os princípios dela?
- 5- Tem participação no Fórum de economia solidária? Se não, qual o motivo?
- 6- Quais as principais dificuldades desde a criação do seu empreendimento?

2° EAFs

- 1- Quais os projetos/ações desenvolvidos em prol da Economia Solidária em João Pessoa?
- 2- Dentre os principais papéis que desempenham as EAFs, (Incubação, assistência técnica e gerencial, financiamento, articulação/mobilização, e formação) a Entidade vem desenvolvendo ou já desenvolveu quais aqui no município?
- 3- A Entidade tem alguma barreira que limite sua atuação?
- 4- Tem participação no FEES/PB? Algumas considerações?
- 5- A Entidade está envolvida em redes?

3° FEES/PB Zona da Mata

- 1 Como e quando surgiu o FEES?
- 2 Quais os seus objetivos?
- 3 Quais ações o FEES desenvolveu e vem desenvolvendo?
- 4 Atualmente, qual é a composição e representatividade do FEES?
- 5 Quais os seus principais avanços e dificuldades?

4° Institucionalidade Pública

- 1- Quando surgiu? A que se propôs inicialmente? Quais as principais mudanças?

- 2- Quais as ações já desenvolvidas em prol da Economia Solidária em João Pessoa?
- 3- Para quais segmentos as ações estão voltadas?
- 4- Quais os principais avanços e dificuldades?
- 5- Quais as Principais dificuldades de implementação ou discutir as PPES no Município de João Pessoa?
- 6- Algumas considerações sobre o “Fazendo Arte e Economia Solidária”?